

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS**

**ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**CADERNOS EBAP**

**Nº 66**

**AGOSTO DE 1993**

**OS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS PAÍSES  
DO MERCOSUL: ELEMENTOS FUNDAMENTAIS E  
BASES PARA SUA INTEGRAÇÃO\***

**Enrique Saravia  
Vera Lucia da A. Corrêa**

**CADERNOS EBAP  
Nº 66**

- \* - Este trabalho é a versão portuguesa do estudo Los sistemas de educación superior en los países del MERCOSUR: elementos fundamentales y bases para su integración, preparado para o Programa Regional de Desenvolvimento Educativo da OEA (PREDE/OEA) e publicado, em espanhol, pelo Departamento de Assuntos Educacionais dessa organização.

**CADERNOS E B A P**

Publicação da ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA da FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS para divulgação, em caráter preliminar, de trabalhos acadêmicos e de consultoria sobre Administração Pública.

**DISTRIBUIÇÃO GRATUITA**

**DIRETOR DA EBAP**

Armando S. Moreira da Cunha

**CHEFE DO DEPTº DE PESQUISA E PUBLICAÇÕES**

Fernando Guilherme Tenório

**EDITOR RESPONSÁVEL**

Deborah Moraes Zouain

**COMITÊ EDITORIAL**

Corpo docente da EBAP

**EDITORAÇÃO**

Grupo Editorial da EBAP

O texto ora divulgado é de responsabilidade exclusiva do(s) autor(es), sendo permitida a sua reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

**Correspondência:**

**CADERNOS EBAP**

Praia de Botafogo, 190, sala 508

Botafogo - Rio de Janeiro - RJ

CEP 22.253-900

Telefones: (021) 551-1542 - Ramal 145  
551-8051

*Prezado Leitor,*

Estamos atualizando o nosso cadastro para que você continue a receber gratuitamente os **CADERNOS EBAP** no endereço de sua preferência.

Em caso de alteração basta preencher o formulário abaixo e remeter para Praia de Botafogo, 190/508 - Cep.: 22.253-900 - Rio de Janeiro - RJ.

**A EDITORA**

✂ —Corte aqui— ✂

<div data-bbox="531 1005 716 1271"></div> <div data-bbox="81 1271 560 1678"><p><b>CADERNOS EBAP</b></p><p>Escola Brasileira de Administração Pública</p><p>da Fundação Getulio Vargas</p><p>Departamento de Pesquisa e Publicações</p><p>Praia de Botafogo, 190, Sala 508</p><p>Botafogo - Rio de Janeiro - RJ</p><p>22 253 - 900</p></div>	<div data-bbox="897 1067 1282 1097"><p><b>CADASTRO: CADERNOS EBAP</b></p></div> <div data-bbox="747 1258 1424 1607"><p>Nome:.....</p><p>Instituição:.....</p><p>Endereço:.....</p><p>Cidade:.....</p><p>País:.....</p><p>Código postal:.....</p></div> <div data-bbox="747 1758 1424 1816"><p>Data:...../...../.....</p><p>Assinatura</p></div>
---	---

✂ —Corte aqui— ✂



---

# REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - RAP

---

***ASSINATURA DE REVISTA TÉCNICO-ACADÊMICA INDICA  
PROFISSIONALISMO***

NO SEGUNDO NÚMERO DE 1993, VOCÊ TERÁ A OPORTUNIDADE DE LER IMPORTANTES MATÉRIAS SOBRE:

- GESTÃO INTEGRADA DOS RECURSOS HÍDRICOS
- INTUIÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO
- PROCESSO DECISÓRIO NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA
- NOVAS COMPETÊNCIAS GERENCIAIS NA DÉCADA DE 90

**VISITE A LIVRARIA DA FGV. DISPOMOS DE NÚMEROS  
AVULSOS.**

## **INFORMAÇÕES E ASSINATURAS**

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS - ESCOLA BRASILEIRA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
-EBAP  
PRAIA DE BOTAFOGO, 190 - 5º ANDAR  
TEL. 551. 1542 - RAMAL 145  
551-8051**

# **Procure-nos: o primeiro passo é o reconhecimento de suas necessidades.**

**A Escola Brasileira de Administração Pública da  
Fundação Getúlio Vargas oferece seus 41 anos de  
experiência ao Setor Público e Privado.**

**DCT - Departamento de Consultoria Técnica  
Praia de Botafogo, 190, 5º andar - CEP: 22253 - 900 - RJ  
Tel.: 551-4299; 551-1542 - Ramal 146**

## INDICE

	PAG.
1. Introdução.....	01
2. Tipos de Instituições e Estabelecimentos.....	02
3. Títulos Acadêmicos e Duração dos Cursos.....	08
4. Condições para o Ingresso.....	21
5. Qualificação do Corpo Docente.....	26
6. Normas Regulamentadoras do Ensino Superior.....	36
7. Cooperação Interinstitucional Nacional e Internacional.....	39
8. Experiências Análogas para Integração Regional de Sistemas de Educação.....	43

## 1 - INTRODUÇÃO

O Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) foi estabelecido pela Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai através do Tratado de Assunção, subscrito em 26 de março de 1991. O Tratado, que entrou em vigência em 29 de novembro de 1991, significa, na prática, a ampliação para o Paraguai e o Uruguai do disposto nas atas e tratados de integração anteriormente firmados pela Argentina e pelo Brasil.<sup>1</sup>

O tratado de Assunção prevê, para 31 de dezembro de 1994, o estabelecimento de uma zona plena de livre comércio de bens (tarifa zero e exclusão de restrições não tarifárias) e um conjunto de compromissos de negociação para conformar um mercado comum naquela data.

Os processos de integração econômica implicam, a médio e longo prazo, a livre circulação de pessoas entre os países membros e o exercício profissional de seus cidadãos em todos eles. A eventual radicação de graduados universitários em países diferentes daquele de sua nacionalidade é uma consequência lógica do processo.

Experiências anteriores ou paralelas - como a da Comunidade Européia - mostram que a circulação de técnicos e profissionais cria problemas complexos derivados da heterogeneidade dos sistemas educacionais, da diversificada nomenclatura de profissões e diplomas e da variedade de normas e sistemas de habilitação e controle profissional.

Trata-se de um problema que ainda não foi discutido pelas partes negociadoras, porém já gerou preocupações e iniciativas no sentido de preparar a formulação de acordos de convalidação de diplomas e outras medidas que facilitem a circulação de profissionais.

O presente trabalho tem por finalidade determinar os elementos principais dos sistemas universitários e para-universitários dos quatro países membros do MERCOSUL para, através de sua comparação, permitir a elaboração futura de mecanismos de homogeneização e convalidação. Descreve, também, experiências similares implementadas na Europa e na América Latina.

A minuciosa descrição que se segue mostra a diversidade e a quantidade de variáveis que integram os ditos sistemas, assim como as semelhanças e diferenças que deverão ser consideradas.

## 2 - TIPOS DE INSTITUIÇÕES E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS

Um dos primeiros problemas que se enfrenta para classificar as instituições de educação superior dos países do MERCOSUL é a variedade de denominações, especialmente na Argentina e no Brasil.

Uma distinção internacionalmente aceita é a que diferencia a "educação superior universitária" da "educação superior não universitária". Mas, como bem assinala a FLACSO<sup>2</sup>, é necessário definir os elementos que compõem o conceito "educação superior universitária".

Por um lado, educação superior, terciária ou de terceiro nível é a que pressupõe a educação secundária, cuja conclusão é, em geral, condição indispensável para passar ao nível superior.

Por outro lado, a generalidade dos instrumentos legais considera estabelecimento universitário todo aquele que foi criado e reconhecido como tal, ainda que não receba o nome de "universidade".

O caráter "universitário" de uma instituição está diretamente relacionado com o conceito de "universidade". Esta seria uma instituição em que se vinculam estreitamente a docência e a pesquisa, o que a distingue daquelas que se dedicam exclusivamente à difusão e à transmissão do saber já adquirido.

Percebe-se, assim, uma certa ambigüidade nessa distinção que não é usada de modo uniforme pelos especialistas e pelas fontes bibliográficas consultadas. Optou-se, em consequência, por adotar as classificações que utilizam cada um dos países integrantes do MERCOSUL.

Na Argentina, o sistema de ensino superior divide-se em dois subsistemas: o universitário e o não universitário.

O subsistema universitário contava, em 1984, com 49 instituições, sendo 26 universidades nacionais, uma universidade provincial e 22 universidades privadas. A educação superior não universitária tinha, em 1983, 216 estabelecimentos nacionais e 354 privados, totalizando 758<sup>3</sup>.

O Quadro nº 1 apresenta uma listagem das universidades existentes neste País, em 1984, com a localização geográfica e a jurisdição a que pertencem.



**QUADRO Nº 1 - ARGENTINA - UNIVERSIDADES EXISTENTES EM 1984, SEGUNDO O REGIME DE VINCULAÇÃO E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA.**

Universidade	Cidade	Regime(1)
Nacional de Córdoba	Córdoba	N
Nacional de Buenos Aires	Capital Federal	N
Nacional del Litoral	Santa Fe	N
Nacional de La Plata	La Plata	N
Nacional de Tucumán	Tucumán	N
Nacional de Cuyo	Mendoza	N
Tecnológica Nacional	Capital Federal	N
Nacional del Nordeste	Corrientes	N
Nacional del Sur	Bahía Blanca	N
Nacional de Rosario	Rosario	N
Nacional del Comahue	Neuquen	N
Nacional de Río Cuarto	Río Cuarto	N
Nacional de Catamarca	Catamarca	N
Nacional de Lomas de Zamora	Lomas de Zamora	N
Nacional de Luján	Luján	N
Nacional de Salta	Salta	N
Nacional de Entre Ríos	Entre Ríos	N
Nacional de Jujuy	Jujuy	N
Nacional de La Pampa	Santa Rosa	N
Nacional de La Patagonia	Comodoro Rivadavia	N
Nacional de Misiones	Posadas	N
Nacional de San Juan	San Juan	N
Nacional de San Luis	San Luis	N
Nacional de Santiago del Estero	Santiago del Estero	N
Nacional del Centro	Tandil	N
Nacional de Mar del Plata	Mar del Plata	N
Provincial de La Rioja	La Rioja	Prov.
del Salvador	Capital Federal	P
Católica Argentina	Capital Federal	P
Católica de Córdoba	Córdoba	P
Instituto Tecnológico de B. Aires	Capital Federal	P
Católica de Santa Fe	Santa Fe	P
de Morón	Morón	P
Juan A. Maza	Mendoza	P
del Museo Social Argentino	Capital Federal	P
Argentina de la Empresa	Capital Federal	P
de Mendoza	Mendoza	P
Católica de Cuyo	San Juan	P
J.F. Kennedy	Capital Federal	P
Católica de La Plata	La Plata	P
Católica de Salta	Salta	P
de Belgrano	Capital Federal	P
Notarial Argentina	La Plata	P
del Norte Santo Tomás de Aquino	Tucumán	P
del Aconcagua	Mendoza	P
Centro de Altos Estudios C. Exáctas	Capital Federal	P
Católica de Santiago del Estero	Santiago del Estero	P
de Concepción del Uruguay	Concepción del Uruguay	P
de la Marina Mercante	Capital Federal	P

FONTE: FLACSO - Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales. La Educacion Superior en Argentina. Caracas, CRESALC/UNESCO, 1985, pp.121-3.

(1) N = Nacional; Prov = Provincial; P = Privada

No Brasil, costuma-se dividir o sistema de educação superior em público e privado. Ele está constituído por três tipos de instituições: universidades, estabelecimentos de ensino superior isolados (faculdades) e federações de faculdades. Estas últimas são exclusivas do sistema privado.<sup>4</sup>

O País contava, em 1990, com 55 universidades públicas e 40 privadas. Das universidades públicas, 36 estavam sob jurisdição do governo federal, 16 pertenciam a governos estaduais e três eram municipais. Entre as universidades privadas, 15 eram confessionais e, entre elas, 13 estavam vinculadas à Igreja Católica.

Existiam 74 federações privadas, enquanto os estabelecimentos de ensino superior isolados chegavam a 749: 167 públicos e 582 privados.<sup>5</sup>

As instituições de ensino superior que atuam no Paraguai se agrupam em três categorias: (a) universitárias; (b) não universitárias; e (c) parasistêmicas.

As universitárias são aquelas encarregadas, principalmente, da formação e capacitação em profissões liberais e em profissões técnicas tradicionais e, pela variedade e amplitude de seus programas, constituem a principal fonte dos recursos humanos que o país requer. Duas instituições incluem-se nesta categoria: a Universidade Nacional de Assunção e a Universidade Católica Nossa Senhora de Assunção. A primeira é de caráter oficial (estatal) e a segunda é privada e dependente da Conferência Episcopal Paraguaia.

Uma característica importante que vincula essas duas instituições é o reconhecimento de matérias aprovadas, que permite passar de um curso para outro, dentro da mesma universidade ou entre ambas.

As instituições de ensino superior não universitárias são aquelas que oferecem cursos ou programas de formação pós-secundária em áreas profissionais bem específicas e, embora exijam uma capacitação especializada, não requerem duração prolongada, tais como a formação de docentes, educação física superior, educação superior para a saúde, educação artística superior e educação militar e policial. Entre as instituições desta categoria não existe reconhecimento mútuo de matérias aprovadas.<sup>6</sup>

O Quadro nº 2 apresenta a relação das instituições de ensino superior não universitárias do Paraguai, com o respectivo regime de vinculação e a localização geográfica.

QUADRO N.º 2 - PARAGUAI - INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NÃO  
UNIVERSITÁRIA, SEGUNDO LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA E REGIME DE  
VINCULAÇÃO.

Nome da Instituição	Localização Geográfica	Regime Vinculação
- Formação Docente		
Instituto Superior de Educación	Asunción	Público
Instituto de Formación Docente "Nuestra Señora de la Asunción"	Asunción	Público
Centro Regional de Educación "Juan E. O'Leary"	Concepcion	Público
Instituto de Formación Docente	San Pedro	Público
Instituto de Formación Docente	San Estanislao	Público
Instituto de Formación Docente	Eusebio Ayala	Público
Centro Regional de Educación "Natalicio Talavera"	Villarrica	Público
Instituto de Formación Docente	Coronel Oviedo	Público
Instituto de Formación Docente	Cassapé	Público
Centro Regional de Educación "Gral. Patricio Escobar"	Encarnación	Público
Instituto de Formación Docente "Gral. Juan Cáceres"	San Juan Bautista	Público
Instituto de Formación Docente	Paraguarí	Público
Centro Regional de Educación "Dr. J. G. Rodríguez de Francia"	Ciudad del Este	Público
Centro Regional de Educación "Saturio Ríos"	San Lorenzo	Público
Instituto de Formación Docente	Pilar	Público
Centro Regional de Educación "Dr. Raúl Peña"	Pedro Juan Caballero	Público
Instituto de Formación Docente	Filadelfia	Privado
Instituto de Formación Docente "María Auxiliadora"	Asunción	Privado
- Educação Física Superior		
Escuela Nacional de Educación Física	Asunción	Público
Escuela de Educación Física de las Fuerzas Armadas	Asunción	Público
Dirección de Educación Física de la Policía de la Capital	Asunción	Público
- Educação Superior para a Saúde		
Escuela de Enfermería "Hospital Bautista"	Asunción	Privado
Escuela de Obstetricia Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social	Asunción	Público
- Educação Artística Superior		
Conservatorio Municipal	Asunción	Público
Escuela Municipal de Arte Escénico	Asunción	Público
Escuela Municipal de Locución	Asunción	Público
Academia de Danzas "Talaern de Retivóff"	Asunción	Privado
Escuela Normal de Música	Asunción	Privado
- Educação Militar e Policial		
Colegio Militar	Asunción	Público
Escuela de Sargentos de Sanidad	Asunción	Público
Colegio de Policía	Asunción	Público

FONTE: RAMÍREZ, Carlos de Jesús; LAFUENTE, Carlos Luis; RIVELLI, Diomedes. La Educación Superior en Paraguay. Caracas, CRESALC/UNESCO, 1986.

As instituições de ensino superior parasistêmicas, todas de caráter privado, oferecem programas pós-secundários de formação profissional de curta duração e orientados para determinados serviços. São consideradas fora do sistema educativo regular. Incluem-se nesta categoria a Universidade Politécnica Autônoma de Assunção, Equipes Contábeis, o Instituto Superior Internacional de Relações Públicas, a Universidade Privada Columbia e a UV Internacional.<sup>7</sup>

No Uruguai existem dois tipos de instituições de ensino superior: as consideradas oficialmente como universidade e as que não são reconhecidas como tais.

Na primeira categoria encontram-se a Universidade da República, de caráter público, e a Universidade Católica Dámaso Antonio Larrañaga, de caráter privado.

A Universidade da República foi, durante mais de um século, a única instituição universitária do país. Mantém, até hoje, o monopólio na formação das profissões liberais, o maior número de docentes e alunos, a infra-estrutura mais ampla e o prestígio maior.

A Universidade Católica Dámaso Antonio Larrañaga (UCDAL) foi criada em 22 de agosto de 1984, mediante um decreto-lei, sobre a base do Instituto de Filosofia, Ciências e Letras que funcionava desde 1957.

Na segunda categoria estão incluídos os centros de formação de professores para a educação primária, secundária e técnica, os centros de formação militar e policial de nível terciário e os centros privados de ensino superior e pesquisa associados a sistemas universitários do exterior.

Exemplos desta categoria de centros privados são os vinculados ao Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO), tais como: Centro Latinoamericano de Economia Humana (CLAEH), Centro de Investigación e Experimentación Pedagógica (CIEP), Centro de Investigaciones Económicas (CIEV), Centro de Informações e Estudos do Uruguai (CIESU) e Centro Interdisciplinar de Estudos de Desenvolvimento (CIEDUR).<sup>8</sup>

O Quadro 3 indica o número de cada tipo de instituição de ensino superior existente nos países do MERCOSUL.

**QUADRO Nº 3 - SISTEMA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR NOS PAÍSES DO MERCOSUL.  
TIPOS DE INSTITUIÇÕES E NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS**

ARGENTINA (1)		BRASIL (2)		PARAGUAI (3)		URUGUAI (4)	
Instituições		Instituições					
Tipo	Quant.	Tipo	Quant.	Tipo	Quant.	Tipo	Quant.
TOTAL	807	TOTAL	918	TOTAL	38	TOTAL	28
Universidades	49	Universidades	95	Universidades	2	Universidades	2
Nacionais	26	Públicas	55	Públicas	1	Públicas	1
Provinciais	1	Federais	36	Privadas	1	Privadas	1
Privadas	22	Estaduais	16				
Não universitárias	758	Municipais	3	Não universitárias	31	Não universitárias	26
Nacionais	216	Privadas	40	Públicas	26	Institutos normais	20
Provinciais	182	Confessionais	15	Privadas	5	Centros de formação de docentes para educação secundária	ND
Municipais	6	Outras	25				
Privadas	354	Estabelecimentos de ensino superior isolados	749	Parasistêmicas Privadas	5	Centros de formação de docentes para educação técnica	1
		Públicos	167			Centros privados de ciências sociais	5
		Privados	582				
		Federações de faculdades privadas	74				

(1) FONTE: FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIENCIAS SOCIALES (FLACSO). La Educación Superior en Argentina. Programa Buenos Aires. Caracas, CRESALC/UNESCO, 1985.  
Universidades: dados de 1984; Não universitárias: dados de 1983.

(2) FONTE: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Sinopse estatística do ensino superior: graduação, Censo Educacional 1990. Brasília, MEC/CIP, 1991.

(3) FONTE: RAMÍREZ, Carlos de Jesus; LAFUENTE, Carlos Luis; RIVELLI, Diomedes. La Educación Superior en Paraguay. Caracas, CRESALC/UNESCO, 1986.

(4) FONTE: UNIVERSIDAD MAYOR DE LA REPUBLICA. Dirección General de Planeamiento Universitario. La Educación Superior en Uruguay. Caracas, CRESALC/UNESCO, 1986.

ND = Dados não disponíveis.

### 3 - TÍTULOS ACADÊMICOS E DURAÇÃO DOS CURSOS

A denominação dos títulos outorgados pelas instituições de educação superior da Argentina é muito variada. Pode-se afirmar que no subsistema universitário prevalece a nomenclatura das profissões tradicionais (advogado, médico, contador, engenheiro, etc.), inter-relacionada com designações que indicam o grau acadêmico (licenciado, doutor) e com as que indicam uma preparação para a docência (professor em ...).

Em menor escala, e como reflexo do esforço para diversificar os títulos e estabelecer carreiras curtas ou auxiliares de profissões tradicionais, aparecem denominações "técnico em ...", "enfermeira diplomada", "especialista em ...", etc.

Há uma distinção jurídica entre "título e grau acadêmico", porém ela foi enfraquecida por um Acórdão da Suprema Corte de Justiça da Nação, que determina o direito de advogados e médicos de usar o título de "doutor", ainda que não tenham estudos de pós-graduação.

No subsistema não universitário predominam as especializações docentes e, por isso, os títulos afins de "professor" e "mestre"(maestro), com predomínio do primeiro.

Nas últimas décadas têm surgido títulos como "técnico em ...", "especialista em ...", como consequência da expansão das instituições privadas, as quais oferecem títulos e carreiras que atendem a novas especialidades (p. ex. desenvolvimento tecnológico, computação, etc.).

Outra distinção que cabe destacar é a que existe entre "cursos longos" (de 5 e mais anos de duração) e "cursos curtos" (de 1 a 4 anos de duração). Os primeiros são oferecidos quase exclusivamente pelo subsistema universitário e correspondem, em grande parte, às profissões tradicionais e às novas especializações surgidas nos últimos anos (eletrônica, eletrotécnica, sistemas, etc.). Os segundos abrangem a especialização docente - dentro e fora da universidade - alguns estudos humanísticos, disciplinas auxiliares (enfermagem, técnico de laboratório, etc.) e a maior parte dos estudos superiores não universitários.

Como se vê, um dos problemas que atualmente enfrenta o sistema de educação superior da Argentina é a falta de clareza e coerência de títulos e graus acadêmicos outorgados pelos subsistemas e instituições que o compõem.<sup>9</sup>

O Quadro nº 4 apresenta os cursos oferecidos pela Universidade Nacional de La Plata, em 1979, com a duração oficial e duração média real dos mesmos.

#### QUADRO Nº 4

##### ARGENTINA - CURSOS OFERECIDOS PELA UNIVERSIDADE NACIONAL DE LA PLATA, EM 1979, E SUA RESPECTIVA DURAÇÃO (OFICIAL E REAL)

Faculdade e Cursos	Duração	
	Média Real	Oficial
<b>AGRONOMIA</b>		
Agronomia	6a 6m	
Engenharia Agronômica	7a 2m	5a
Engenharia Florestal	6a 1m	5a
<b>ENGENHARIA</b>		
Engenharia Elétrica	6a 4m	5a
Engenharia Metalúrgica	9a 6m	5a
Engenharia Hidráulica	6a 8m	6a
Agrimensura	6a 5m	3a
Engenharia Química	8a 4m	5a
Engenharia Civil	7a 6m	6a
<b>CIÊNCIAS JURIDICAS E SOCIAIS</b>		
Advogado	7a 6m	5a
Escrivão	10a 3m	9a
<b>HUMANIDADES E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO</b>		
Psicólogo Clínico	12a 6m	
Professor Psicologia	8a	
Letras	7a 5m	5a
Filosofia	6a 10m	5a
Psicologia	6a 1m	
Ciências da Educação	6a 7m	5a
<b>CIÊNCIAS VETERINARIAS</b>		
Médico Veterinário	6a 8m	5a
<b>CIÊNCIAS EXATAS</b>		
Doutorado em Física	5a 6m	1a e tese
Doutorado em Farmácia e Bioquímica	16a 6m	1a e tese
Licenciado em Física	7a 9m	5a

FONTE: FACULTAD LATINOAMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIALES (FLACSO). Programa Buenos Aires. La Educación Superior en Argentina. Caracas, CRESALC/UNESCO, 1985.

No Brasil, o ensino superior divide-se em dois níveis: a graduação e a pós-graduação.

Os cursos de graduação conferem três tipos de grau acadêmico: tecnólogo, bacharel e licenciado.

O título de tecnólogo é concedido a quem completa um curso superior chamado de "curta duração". A lei de reforma universitária determina que esses são "cursos pós-secundários, cuja finalidade é preparar técnicos para exercer funções de nível intermediário". Em 1985, havia 165 cursos deste tipo e 28.000 alunos matriculados.

A licenciatura é o curso de formação para o magistério exercido nos quatro últimos anos da escola primária e nos três anos da educação secundária.

Existem dois tipos de licenciatura: a plena e a curta. Esta última foi criada para suprir a enorme carência de professores habilitados para o ensino básico. Admitindo-se, por isso, a redução de quatro para dois anos, no tempo de formação do professor para a escola primária.

Apesar do título obtido ser de "licenciado", é comum, na linguagem coloquial, referir-se ao portador de diploma de licenciatura como "professor".

Tampouco chama-se de bacharel o portador de diploma de bacharelado. Utiliza-se a denominação vinculada à profissão, como advogado, engenheiro, médico, economista, administrador, etc.

Bacharel é o grau concedido a todos os portadores de diploma superior, depois de concluir, em faculdades, estudos formais que contabilizam determinado número de créditos.

A duração desses cursos é variável. A matrícula é feita por disciplinas, que geralmente correspondem a quatro créditos, e a conclusão do curso se dá com a integralização de um certo número de créditos. O número de créditos e o tempo máximo e mínimo para seu cumprimento é fixado pelo Conselho Federal de Educação.

Este órgão estabeleceu, em sua Resolução nº 5, de 10 de março de 1983, que "a pós-graduação compreende dois níveis independentes e



terminais: mestrado e doutorado", conferindo-se, respectivamente, os títulos de "mestre" e "doutor".

O Brasil dispõe atualmente de uma qualificada e extensa rede de cursos de mestrado, que cobre quase todos os campos de conhecimento. Pode-se afirmar que a formação de pessoal qualificado para atividades de pesquisa e docência, que requerem nível de mestrado, se realiza de forma competente no País.<sup>10</sup>

O Quadro nº 5 apresenta o número de cursos de mestrado e doutorado, por área de conhecimento, em 1990.

QUADRO Nº 5

BRASIL - CURSOS DE MESTRADO E DOUTORADO  
EM 1990 POR AREA DE CONHECIMENTO

Areas de Conhecimento	Número de Cursos	
	Mestrado	Doutorado
=====	=====	=====
ARTES.....	5	1
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS.....	49	23
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA.....	122	64
CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS.....	57	32
CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS.....	216	77
ENGENHARIA.....	96	49
PROFISSÕES AGROINDUSTRIAIS.....	116	37
PROFISSÕES DE SAÚDE.....	217	129
PROFISSÕES SOCIAIS.....	65	14
TOTAL DO PAÍS.....	943	426

FONTE: Relatório da CAPES, maio de 1991. In: Folha de São Paulo, São Paulo, 24/06/91, pp. 4-5

No Paraguai existe, também, diversidade de graus acadêmicos. Um estudo efetuado em 1984 pela Universidade Católica indica a necessidade de estabelecer alguma forma de hierarquização, pois se constatou que a maioria dos cursos universitários não contém um ordenamento funcional dos graus acadêmicos que facilite, ao mesmo tempo, a incorporação a determinadas ocupações e a possibilidade de continuar o aperfeiçoamento profissional. Verifica-se, de um lado, que a maioria dos cursos universitários

são de larga duração e oferecem poucas possibilidades de conseguir graus intermediários que permitiriam a incorporação dos estudantes ao mercado de trabalho. Por outro lado, alguns cursos permitem alcançar o doutorado sem verificar se existe competência para a pesquisa e sem exigir um estudo profundo e original para outorgar este grau.

Considerando a experiência de outros países em desenvolvimento, um estudo recomenda organizar os graus acadêmicos em licenciatura, mestrado e doutorado e os graus técnicos em tecnólogos e técnicos superiores.<sup>11</sup>

O Quadro nº 6 indica as especializações oferecidas no ensino superior do Paraguai, os graus acadêmicos concedidos, a duração dos cursos e os requisitos para a obtenção do título.

**QUADRO Nº 6 - PARAGUAI - INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR  
UNIVERSITARIA.**

<b>Instituições/Unidades Pedagógicas</b>	<b>Especialidades</b>	<b>Grau Acadêmico</b>	<b>Duração</b>	<b>Requisitos acadêmicos para o Grau</b>
<b>UNIVERSIDADE NACIONAL</b>				
1. Faculdade de Direito e Ciências Sociais Médicas	1.1. Advocacia	1.1. Advogado	1.1. 6 anos	1.1. Completar Plano de Estudo
	1.2. Notariado	1.2. Escrivão Público	1.2. 4 anos	1.2. Completar Plano de Estudo
		1.3. Doutor em Direito e Ciências Sociais		1.3. Grau de Advogado e tese
2. Faculdade de Ciências	2.1. Medicina	2.1. Doutor em Medicina e Cirurgia		2.1. Completar Plano de Estudo
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis	3.1. Economia	3.1. Licenciado em Economia	3.1. 6 anos	3.1. Completar Plano de Estudo
		3.2. Licenciado em Administração	3.2. 6 anos	3.2. Completar Plano de Estudo
		3.3. Licenciado em Contabilidade	3.3. 6 anos	3.3. Completar Plano de Estudo
		3.4. Doutor em Economia		3.4. Grau de Licenc. em Economia e tese
		3.5. Doutor em Administração		3.5. Grau de Licenc. em Administração e tese
		3.6. Doutor em Contabilidade		3.6. Grau de Licenc. em Contabilidade e tese
4. Instituto de Administração e Contabilidade	4.1. Administração	4.1. Perito em Administração	4.1. 4 anos	4.1. Completar Plano de Estudo
		4.2. Perito em Contabilidade	4.2. 4 anos	
5. Faculdade de Ciências Físicas e Matemáticas	5.1. Engenharia Civil	5.1. Engenheiro Civil	5.1. 6 anos	5.1. Completar Plano de Estudo e tese
	5.2. Eng. Industrial	5.2. Engenheiro Industrial	5.2. 6 anos	5.2. Completar Plano de Estudo e tese
	5.3. Eng. Eletromecânica	5.3. Engenheiro Eletromecânico	5.3. 6 anos	5.3. Completar Plano de Estudo e tese
	5.4. Topografia	5.4. Topógrafo	5.4. 3 anos	5.4. Completar Plano de Estudo e tese
6. Faculdade de Odontologia	6.1. Odontologia	6.1. Doutor em Odontologia	6.1. 5 anos	6.1. Completar Plano de Estudo
7. Faculdade de Química e Farmácia	7.1. Bioquímica	7.1. Doutor em Bioquímica	7.1. 6 anos	7.1. Completar Plano de Estudo
	7.2. Engenharia Química	7.2. Engenheiro Químico	7.2. 5 anos	7.2. Completar Plano de Estudo
	7.3. Química y Farmácia	7.3. Químico Farmacêutico	7.3. 4 anos	7.3. Completar Plano de Estudo
	7.4. Análise Industrial	7.4. Analista Industrial	7.4. 4 anos	7.4. Completar Plano de Estudo
	7.5. Tecnologia de Alimentos	7.5. Tecnólogo de Alimentos	7.5. 3 anos	7.5. Completar Plano de Estudo

Instituições/Unidades Pedagógicas	Especialidades	Grau Acadêmico	Duração	Requisitos acadêmicos para o Grau
8. Faculdade de Filosofia	8.1. Filosofia 8.2. Letras 8.3. História 8.4. Psicologia 8.5. Periodismo 8.6. Antropologia 8.7. Pedagogia	Outorga o grau de Licenciatura e doutorado em todas as especialidades mencionadas	Licenciaturas - duração de 4 anos, a exceção de Pedagogia - 3 anos. Doutorado - 2 anos que é posterior as licenciaturas.	Para a Licenciatura se requer completar o plano de estudo desse nível. Para o Doutorado se requer o título de Licenciado mais a realização do curso respectivo e a tese.
9. Instituto Superior de Línguas	9.1. Inglês 9.2. Francês 9.3. Italiano 9.4. Guaraní	9.1. Licenciado em Inglês 9.2. Licenciado em Francês 9.3. Licenciado em Italiano 9.4. Licenciado em Guaraní	9.1. 4 anos 9.2. 4 anos 9.3. 4 anos 9.4. 3 anos	9.1. Completar Plano de Estudo 9.2. Completar Plano de Estudo 9.3. Completar Plano de Estudo 9.4. Completar Plano de Estudo
10. Faculdade de Engenharia	10.1 Engenharia Agrônoma 10.2 Engenharia Florestal	10.1 Engenheiro Agrônomo 10.2 Engenheiro Florestal	10.1 5 anos 10.2 5 anos	10.1 Completar Plano de Estudo 10.2 Completar Plano de Estudo
11. Escola Superior de Ciências Agropecuárias	11.1 Ciências agropecuárias	11.1 Técnico Superior em Agronomia	11.1 3 anos	11.1 Completar Plano de Estudo
12. Faculdade Superior de Ciências Veterinárias	12.1 Medicina Veterinária	12.1 Doutor em Medicina Veterinária	12.1 6 anos	12.1 Completar Plano de Estudo
13. Escola Superior de Ciências Veterinárias	13.1 Ciências Veterinárias	13.1 Técnico Superior em C.Veterinárias	13.1 3 anos	13.1 Completar Plano de Estudo
14. Faculdade de Arquitetura	14.1 Arquitetura	14.1 Arquiteto	14.1 6 anos	14.1 Completar Plano de Estudo e Tese
15. Faculdade Politécnica	15.1 Análises de Sistema 15.2 Eletrônica Básica 15.3 Eletricidade 15.4 Cálculo de Produção 15.5 Programação de Computador	15.1 Licenciado 15.2 Técnico Superior 15.3 Técnico Superior 15.4 Calculista 15.5 Programador	15.1 4 anos 15.2 3 anos 15.3 2 anos 15.4 2 anos 15.5 2 anos	15.1 Completar Plano de Estudo 15.2 Completar Plano de Estudo 15.3 Completar Plano de Estudo 15.4 Completar Plano de Estudo 15.5 Completar Plano de Estudo
16. Instituto de Ciências Básicas	16.1 C.Biológicas 16.2 C.Química 16.3 C.Físicas 16.4 C.Matemáticas 16.5 C.Geológicas 16.6 Tecnologia Produção	16.1 Licenciado 16.2 Licenciado 16.3 Licenciado 16.4 Licenciado 16.5 Licenciado 16.6 Tecnólogo	16.1 4 anos 16.2 4 anos 16.3 4 anos 16.4 4 anos 16.5 4 anos 16.6 4 anos	16.1 Completar Plano de Estudo 16.2 Completar Plano de Estudo 16.3 Completar Plano de Estudo 16.4 Completar Plano de Estudo 16.5 Completar Plano de Estudo 16.6 Completar Plano de Estudo

Instituições/Unidades Pedagógicas	Especialidades	Grau Acadêmico	Duração	Requisitos acadêmicos para o Grau
17. Instituto de Engenharia	17.1 Engenharia Eletrônica	17.1 Engenheiro Eletrônico	17.1 3 anos	17.1 Completar Plano de Estudo
18. Instituto Andres Barbero	18.1 Serviço Social 18.2 Enfermagem 18.3 Obstetrícia	18.1 Licenciado 18.2 Licenciado 18.3 Licenciado 18.4 Enfermeira 18.5 Parteira	18.1 4 anos 18.2 4 anos 18.3 4 anos 18.4 3 anos 18.5 3 anos	18.1 Completar Plano de Estudo 18.2 Completar Plano de Estudo 18.3 Completar Plano de Estudo 18.4 Completar Plano de Estudo 18.5 Completar Plano de Estudo
19. Instituto de Ciências Geográficas	19.1 Ciências Geográficas	19.1 Licenciado 19.2 Engenheiro	19.1 4 anos 19.2 4 anos	19.1 Completar Plano de Estudo 19.2 Completar Plano de Estudo e Tese
20. Instituto de Bibliotecologia	20.1 Bibliotecologia 20.2 Ciências da Informação	20.1 Licenciado 20.2 Licenciado 20.3 Técnico em Bibliotecologia	20.1 4 anos 20.2 4 anos 20.3 2 anos	20.1 Completar Plano de Estudo 20.2 Completar Plano de Estudo 20.3 Completar Plano de Estudo
21. Escolas de Belas Artes	21.1 Artes Plásticas 21.2 Teatro	21.1 Professor Superior 21.2 Professor Superior	21.1 5 anos 21.2 4 anos	21.1 Completar Plano de Estudo 21.2 Completar Plano de Estudo
UNIVERSIDADE CATÓLICA				
1. Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas	1.1. Ciências Contábeis 1.2. Administração de Empresas	1.1. Licenciado 1.2. Licenciado	1.1. 5 anos 1.2. 5 anos	1.1. Completar Plano de Estudo 1.2. Completar Plano de Estudo
2. Faculdade de Ciências Jurídicas e Diplomáticas	2.1. Advocacia 2.2. Notariado	2.1. Advogado 2.2. Notário 2.3. Doutor	2.1. 6 anos 2.2. 4 anos 2.3. 2 anos	2.1. Completar Plano de Estudo 2.2. Completar Plano de Estudo 2.3. Completar Curso de Pós-graduação e tese
3. Faculdade de Ciências e Tecnologia	3.1. Arquitetura 3.2. Engenharia 3.3. Desenho Técnico 3.4. Maquete 3.5. Superintendente de Obras 3.6. Materiais de Construção 3.7. Topografia	3.1. Arquiteto 3.2. Engenheiro 3.3. Desenhador Técnico 3.4. Maquetista 3.5. Técnico 3.6. Técnico 3.7. Topógrafo	3.1. 6 anos 3.2. 6 anos 3.3. 3 anos 3.4. 3 anos 3.5. 3 anos 3.6. 3 anos 3.6. 3 anos	3.1. Completar Plano de Estudo e tese 3.2. Completar Plano de Estudo 3.3. Completar Plano de Estudo 3.4. Completar Plano de Estudo 3.5. Completar Plano de Estudo 3.6. Completar Plano de Estudo 3.6. Completar Plano de Estudo
4. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas	4.1. Ciências da Comunicação 4.2. Filosofia 4.3. Letras 4.4. Matemáticas 4.5. Psicologia 4.6. Sociologia 4.7. Ciências da Educação 4.8. Parvularia	4.1. Licenciado 4.2. Licenciado 4.3. Licenciado 4.4. Licenciado 4.5. Licenciado 4.6. Licenciado 4.7. Licenciado 4.8. Professor	4.1. 5 anos 4.2. 5 anos 4.3. 5 anos 4.4. 5 anos 4.5. 6 anos 4.6. 5 anos 4.7. 5 anos 4.8. 2 anos	4. Para grau de Licenciatura em qualquer das modalidades. Completar Plano de Estudo; Proficiência de Língua; Exame de Conjunto e tese; Para o grau de Professor Parvulário só se requer completar o Plano de Estudo.

Instituições/Unidades Pedagógicas	Especialidades	Grau Acadêmico	Duração	Requisitos acadêmicos para o Grau
5. Instituto Superior de Teologia	5.1. Ciência Pastoral	5.1. Licenciado	5.1. 7 anos	5.1. Completar Plano de Estudo, Exame de Conjunto e Tese
6. Centro de Computação	6.1. Programação em Computador	6.1. Programador	6.1. 2 anos	6.1. Completar Plano de Estudo
	6.2. Análises de Sistema	6.2. Analista de Sistema	6.2. 5 anos	6.2. Completar Plano de Estudo e tese
7. Faculdade de Ciências e Letras	7.1. Assistente em Saúde	7.1. Assistente em Saúde	7.1. 2 anos	7.1. Completar Plano de Estudo
	7.2. Ciências Contábeis e Administrativas	7.2. Licenciado	7.2. 6 anos	7.2. Completar Plano de Estudo
	7.3. Enfermagem	7.3. Licenciado	7.3. 4 anos	7.3. Completar Plano de Estudo
	7.4. Filosofia	7.4. Licenciado	7.4. 4 anos	7.4. Completar Plano de Estudo
	7.5. Obstetrícia	7.5. Licenciado	7.5. 5 anos	7.5. Completar Plano de Estudo
	7.6. Pedagogia	7.6. Licenciado	7.6. 4 anos	7.6. Completar Plano de Estudo
8. Faculdade de Ciências e Letras	8.1. Advocacia	8.1. Advogado	8.1. 6 anos	8.1. Completar Plano de Estudo
	8.2. Arquitetura	8.2. Arquiteto	8.2. 6 anos	8.2. Completar Plano de Estudo
	8.3. Assistente em Saúde	8.3. Assistente em Saúde	8.3. 2 anos	8.3. Completar Plano de Estudo
	8.4. Ciências Contábeis e Administrativas	8.4. Licenciado	8.4. 6 anos	8.4. Completar Plano de Estudo
	8.5. Enfermagem	8.5. Licenciado	8.5. 4 anos	8.5. Completar Plano de Estudo
	8.6. Filosofia e Ciências da Educação	8.6. Licenciado	8.6. 4 anos	8.6. Completar Plano de Estudo
	8.7. Obstetrícia	8.7. Licenciado	8.7. 5 anos	8.7. Completar Plano de Estudo
	8.8. Pedagogia	8.8. Licenciado	8.8. 4 anos	8.8. Completar Plano de Estudo
	8.9. Agronomia	8.9. Engenheiro Agrônomo	8.9. 6 anos	8.9. Completar Plano de Estudo
	8.10 Veterinária	8.10 Médico Veterinário	8.10 6 anos	8.10 Completar Plano de Estudo
	8.11 Química e Farmácia	8.11 Químico Farmacêutico	8.11 5 anos	8.11 Completar Plano de Estudo
9. Ciências Contábeis e Administrativas	9.1. Ciências Contábeis	9.1. Licenciado	9.1. 5 anos	9.1. Completar Plano de Estudo
	9.2. Administração de Empresas	9.2. Licenciado	9.2. 5 anos	9.2. Completar Plano de Estudo
10. Escola de Enfermagem	10.1 Enfermagem	10.1 Licenciado	10.1 4 anos	10.1 Completar Plano de Estudo

FONTE: RAMÍREZ, Carlos de; LAFUENTE, Carlos Luis; RIVELLI, Diomedes. La Educación Superior en Paraguay. Caracas, CRESALC/UNESCO, 1986, pp.81-85.

No Uruguai os títulos outorgados pela Universidade da República se classificam em técnicos, profissionais e acadêmicos. Com exceção da Faculdade de Medicina, que conta com especializações profissionais, a universidade não tem estudos de pós-graduação. Há concentração em torno das carreiras ligadas às profissões liberais e reduzida ênfase nas carreiras de curta duração.

A Universidade Católica outorga vários títulos acadêmicos (Licenciatura em Filosofia, História, Letras), alguns títulos de caráter técnico (Técnico em Ciência da Comunicação Social, Técnico em Direção de Empresas, Técnico em Guarderia), dois títulos profissionais (Psicólogo e Assistente Social) e alguns graus intermediários.

Em outras áreas, como Sociologia, Comércio Exterior, Ciências Jurídicas, Informática, Ciência da Educação, e Ciência da Religião, a UCDAL não oferece causas acadêmicas, mas sim cursos de especialização.

Esta Universidade conta, ainda, com uma área de extensão universitária que administra uma Escola de Padres, um Instituto de Gestão Agropecuária (localizado no Departamento de Tacuarembó), uma cátedra de desenvolvimento da inteligência e cátedras no interior.<sup>12</sup>

O Quadro 7 lista os títulos conferidos pela Universidade da República e pela UCDAL, e a respectiva duração dos estudos.

**QUADRO Nº 7 - URUGUAI - INSTITUIÇÕES UNIVERSITÁRIAS - TÍTULOS E DURAÇÃO DOS ESTUDOS.**

Faculdade ou Escola	Título	Duração dos estudos (em anos)
<b>UNIVERSIDADE DA REPÚBLICA</b>		
Agronomia	Eng. Agrônomo	5
Arquitetura	Arquiteto	6
C.Econômicas e Administrativas	Perito em Economia e Adm.	3
	Contador Público	4
	Licenciado em Administração	5
	Economista	4
	Licenciado em Economia	5
	Técnico em Estatística	3
	Técnico em Comercialização	5
	Doutor em Ciências da Administração	3
	Doutor em Adm. de Empresas	3
	Técnico em Adm.de Empresas	3
	Técnico em Adm.Pública	3
Direito e Ciências Sociais	Doutor em Direito e Ciências Sociais	6
	Escrivão Público	6
	Tradutor Público	3
	Sociólogo	4
	Licenciado em Ciências da Comunicação	4
	Licenciado ou doutor em Comércio Internacional	5
Faculdade de Humanidades e Ciências	Lic. em Astronomia	4
	Lic. em Ciências Antropológicas	8 sem.
	Lic. em C.Biológicas	8 sem.
	Lic. em Ciências da Educação	8 sem.
	Lic. em C.Física/Matemáticas	4
	Lic. em Física	4
	Lic. em Matemática	4
	Lic. em C.Geográficas	4
	Lic. em C.Meteorológicas	4
	Lic. em Filosofia	4
	Lic. em Geologia	4
	Lic. em Letras	4
	Lic. em Letras Hispanicas	4



Faculdade ou Escola	Título	Duração dos estudos (em anos)
Faculdade de Humanidades e Ciências	Lic. em Linguística	4
	Lic. em Oceanografia	
	Biológica	4
	Lic. em Canto, em Composição	
Faculdade de Engenharia	Eng. Agrimensor	4
	Analista Programador	3
	Eng. de Sistemas	3
	Eng. Civil	6
	Eng. Industrial	6
	Eng. Naval	6
	Eng. Químico	6
	Bacharel em Engenharia Civil	4
	Bacharel em Ciências Básicas de Engenharia	3
	Bacharel em Engenharia Industrial	4
	Perito em Eletrotécnica	3
	Eletrônica	
	Mecânica	
	Instrum. Industrial	
	Produção Industrial	
Faculdade de Medicina	Doutor em Medicina	7
	43 especializações para egressos de Tecnologia Médica	2-3
	Parteira	3
	Enfermagem Univ.	4
	Nutricionista Dietista	4
Faculdade de Odontologia	Doutor em Odontologia	5
	Assistente Dental	1
	Higienista Dental	1
	Laboratorista Dental	2-1/2
Faculdade de Química	Bacharel em Química	3
	Químico Farmacêutico	5
	Químico	5
	Dr. em Química	PG
	Dr. em Química Farmacêutica	PG
Faculdade de Veterinária	Doutor em Medicina e Tecnologia Veterinária	6

Faculdade ou Escola	Título	Duração dos estudos (em anos)
Escola Universitária de Bibliotecologia	Bibliotecólogo	3
	Arquivólogo	2
Escola Universitária de Psicologia	Psicólogo	4
Escola Universitária de Serviço Social	Assistente Social	4
Escola Nacional de Belas Artes		

UNIVERSIDADE CATÓLICA DÁMASO ANTONIO LARRAÑAGA

Dep. de Filosofia	Licenciado em Filosofia	4
Dep. de História	Licenciado em História	4
Dep. de Letras	Licenciado em Letras	4
Dep.de Ciências da Comunicação Social	Licenciado em Ciências da Comunicação Social	3
Dep.Direção de Empresas	Licenciado em Administração de Empresas	3
Escola Universitária de Serviço Social	Assistente Social	4
	Técnico em Guardería	2
Escola Universitária de Psicologia	Psicólogo	5

FONTE: UNIVERSIDAD MAYOR DE LA REPUBLICA. Dirección General de Planeamiento Universitario. La Educación Superior en Uruguay. Caracas, CRESALC/UNESCO, 1986, pp.132-7.

No Uruguai, os títulos consedidos pelos centros de formação de docentes e pelos centros de formação militar e policial de nível terciário, não têm caráter universitário. Essa circunstância provoca dificuldades para integração com estudos universitários, tanto dentro como fora do país.

A única exceção é a Licenciatura em Ciências da Educação da Faculdade de Humanidades e Ciências da Universidade da República, na qual os docentes com cinco anos de atividades podem se integrar em outros estudos universitários, eximindo-se dos dois primeiros anos do curso.

Os cursos ministrados pelos centros privados vinculados ao CLASCO outorgam títulos finais próprios da educação superior. O CIEP, por exemplo, oferece uma Licenciatura em Ciências da Educação. O CLAEH outorga diferentes graus em Sociologia, Economia e Ciências Políticas e o CIESU diplomas de estudos em sociologia.

Existem, também, outras modalidades de educação superior, como a praticada pela Associação Psicoanalítica do Uruguai, que outorga o título de Psicoanalista a médicos ou psicólogos que concluem o seu curso. Outro caso é o da ORT-Uruguai, integrada com o sistema universitário internacional, e que oferece cursos de nível intermediário e alguns que exigem a conclusão dos estudos secundários completos. Nesta última condição concede os títulos de Programador, Analista Programador e Analista de Sistemas que exigem um, dois e três anos de estudos respectivamente.

Finalmente, caba mencionar como modalidade particular de ensino superior, a do Instituto Tecnológico do Uruguai (ITU), responsável pela formação em filosofia e teologia dos sacerdotes do clero regular. O ITU outorga títulos de licenciado que habilitam para a continuação dos estudos na Universidade Gregoriana de Roma.<sup>13</sup>

#### 4 - CONDIÇÕES PARA O INGRESSO

Na Argentina, a história recente do ingresso na universidade caracteriza-se pelas limitações impostas pelo regime autoritário vigente entre 1976 e 1983.

O critério tradicional de admissão à educação superior era a aprovação no curso secundário ou médio. Ao final de 1976

estabeleceu-se um sistema de ingresso comum para todas as universidades, que se aplicou pela primeira vez em 1977. Com base no número de vagas proposto por cada universidade nacional definia-se a "oferta" disponível, a qual deveria ser conquistada pelos candidatos ao ingresso. O Ministério da Educação estabeleceu, em 1978, os critérios unificados para definição do número de vagas por estabelecimento e carreira, a saber:

- a) prioridades nacionais e regionais para a formação de recursos humanos;
- b) capacidade acadêmica (recursos humanos e infra-estrutura disponível);
- c) oferta regional de estudos universitários na zona em que se localizava a universidade;
- d) relação entre oferta e demanda dos anos anteriores.

Na realidade os critérios utilizados pelas universidades foram os contidos em (b) e (d).

Os resultados desse sistema de admissão não foram bons e não contribuíram para a melhoria das universidades, nem para a reorientação da matrícula a nível regional e nacional.

Ao produzir-se o retorno à vida democrática, o governo constitucional suspendeu a aplicação desta política de ingresso.

Atualmente existe diversidade de sistemas de acesso à educação superior, como ocorria antes de 1976. O único requisito comum a ambos os subsistemas (universitário e não universitário) e a todos os estabelecimentos é a aprovação dos estudos secundários.<sup>14</sup>

No Brasil, a conclusão da educação secundária é a condição formal para o acesso ao ensino superior. Todo estudante portador de um diploma que certifique aqueles estudos, não só pode solicitar sua admissão a um estabelecimento de 3º Grau, como deveria ter o direito de passar a este nível.

Porém, a capacidade instalada limita este direito. O recurso para regular a pressão da demanda é a realização de um exame de ingresso, chamado "vestibular".

Os concursos vestibulares das instituições públicas são realizados segundo diretrizes fixadas pelo Ministério da

Educação. Algumas fazem dois concursos por ano, antes de um semestre letivo. Outras fazem um só, porém recebem, no primeiro semestre, a metade dos novos alunos e a outra metade no segundo semestre, de acordo com a ordem de classificação dos candidatos.

Como a época do concurso é a mesma para todo o país, o candidato só tem uma possibilidade por semestre (ou por ano) de ingresso em uma escola ou universidade pública.

Isso não ocorre nos estabelecimentos privados, que fixam os exames conforme sua conveniência. Geralmente, seus concursos são posteriores aos do sistema público, para que os candidatos que não conseguem se classificar no sistema público possam se dirigir aos estabelecimentos privados.<sup>15</sup>

No Paraguai, existem requisitos acadêmicos (grau de "bachiller") e requisitos administrativos e financeiros (apresentação de documentos e pagamento de contribuições) que são comuns para ingressar na educação superior.

O título de "bachiller" na modalidade humanístico-científica habilita para qualquer curso ou carreira de 3º Grau. As restantes - comercial, agropecuário e técnico industrial - possibilitam o acesso restrito a determinadas carreiras.

O Quadro nº 8 apresenta as correspondências entre os graus de "bachiller" e os cursos universitários.

#### QUADRO Nº 8

##### PARAGUAI - REQUISITOS ACADÊMICOS PARA INGRESSO NO ENSINO SUPERIOR

=====	
Grau de "Bachiller":	Cursos Habilitados:
- Humanístico-Científico.....	- Qualquer Curso
- Agropecuário.....	- Agronomia e Veterinária
- Comercial.....	- Economia, Contabilidade e Administração
- Técnico.....	- Engenharia e certas especialidades
=====	
FONTE: RAMIREZ <u>et al.</u> <u>La Educación Superior en Paraguay</u> . Caracas, CRESALC/UNESCO, 1986.	

Os requisitos acadêmicos variam de acordo com cada categoria institucional - universitária, não universitária e parasistêmica - e, inclusive, dentro de uma mesma categoria, pois a Universidade Católica e a Universidade Nacional estabelecem critérios e procedimentos diferentes para ingresso em cada uma das especialidades que oferecem.

A Universidade Nacional estabelece o exame de ingresso como requisito adicional para o acesso. Procura-se com ele que o candidato demonstre, através de provas ministradas em uma unidade pedagógica, adequado nível de conhecimento e habilidade em certas áreas consideradas fundamentais para o curso escolhido. Cada unidade pedagógica da Universidade Nacional estabelece exigências, procurando manter coerência com o Plano de Estudo do ensino secundário.

Os cursos de engenharia, topografia, bioquímica, química, farmácia, serviço social, enfermagem e obstetrícia exigem, ainda, uma prova de aptidão como requisito adicional para ingresso. Eletrônica não requer prova de ingresso, mas exige formação prévia de nível superior nas áreas de matemática e física ou o título de técnico superior em eletrônica. A Escola de Belas Artes não exige requisito adicional.

O ingresso na Universidade Católica está definido no Artigo 68 de seus Estatutos que estabelece, em um de seus incisos, que para ingressar em qualquer uma de suas unidades pedagógicas, o aluno deve satisfazer um Curso Probatório de Ingresso, de caráter eliminatório, que inclui um curso de orientação vocacional e de formação geral e a aprovação de matérias consideradas básicas.

O Curso Probatório de Ingresso está estruturado em dois ciclos de dois quadrimestres de duração. O primeiro ciclo é comum a todos os inscritos e o segundo ciclo é de caráter diversificado, reque-rendo a aprovação no primeiro ciclo.

O Quadro nº 9 detalha o plano de estudos do curso probatório de ingresso para a Universidade Católica, em 1985.

## QUADRO Nº 9

PARAGUAI - UNIVERSIDADE CATOLICA "NTRA SRA DA LA ASUNCION  
- PLANO DE ESTUDOS DO CURSO PROBATORIO DE INGRESSO, 1985

=====	
Primeiro Ciclo	Comunicação Oral e Escrita I Matemática Lógica Matemática História do Paraguai Teologia I Metodologia Orientação Vocacional Orientação Universitária
Segundo Ciclo	História da Cultura Comunicação Oral e Escrita II Sociologia Antropologia Filosófica Teologia II
Matérias Específicas	FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS ADMINISTRATIVAS Matemática II Introdução à Contabilidade Introdução à Administração Introdução à Economia  FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA Álgebra Desenho Técnico Geometria Analítica Geometria e Trigonometria  FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS Lógica Matemática Análise de Textos Filosóficos  MATEMÁTICAS Matemática Moderna Matemática Fundamental  FACULDADES DE DIREITO E CIÊNCIAS JURÍDICAS Introdução às Teorias Econômicas Introdução às Ciências Jurídicas
=====	

FONTE: RAMIREZ et al. La Educación Superior en Paraguay. Caracas, CRESALC/UNESCO, 1986.

As instituições parasistêmicas exigem o título de "bachiller" e outros requisitos de caráter administrativo-financeiro. As instituições não universitárias estabelecem, em geral, requisitos adicionais como provas de aptidão relacionadas com as necessidades de cada especialidade ou curso.

Há requisitos financeiros e administrativos específicos de certas instituições como, por exemplo, idade e sexo na educação militar e policial, ou certas habilidades físicas para a educação física e sanitária superior.

Deve-se assinalar que no Paraguai, a tendência é estabelecer requisitos acadêmicos cada vez mais exigentes, como estratégia para reprimir a demanda pelo ensino superior que, há tempos, ultrapassou a capacidade instalada do sistema.

No Uruguai, o acesso ao ensino superior se dá, a partir de 1980, através de uma prova de ingresso. Anteriormente, isto só era exigido para os cursos de Medicina e Odontologia.

Em 1981, segundo ano de sua aplicação generalizada, o exame foi precedido por uma manifestação pública e a entrega às autoridades de uma carta de repúdio com mais de 10.000 assinaturas recolhidas nos mais diversos setores da população.

O movimento contra o exame de ingresso refletia a contradição desse mecanismo com os valores básicos da ideologia educacional uruguaia, que é um forte ponto de consenso social e político. Tanto é assim, que o exame só foi aplicado nos anos de 1980, 1981 e 1982.<sup>16</sup>

## 5 - QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE

Na Argentina, os professores do subsistema universitário estão classificados em titulares, associados e adjuntos. Existem, ainda, os chamados auxiliares docentes (chefes e ajudantes de trabalhos práticos).

O Quadro nº 10 mostra a distribuição dos docentes remunerados das universidades nacionais, em 1982, segundo a categoria e regime de dedicação.



## QUADRO Nº 10

**ARGENTINA - UNIVERSIDADES NACIONAIS. DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES  
SEGUNDO A CATEGORIA E REGIME DE DEDICAÇÃO, 1982.**

CATEGORIA	DEDICAÇÃO							
	Exclusiva		Semi-exclusiva		Simples		TOTAL	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Prof. Titular	1.587	19	1.976	24	4.828	57	8.391	100
Prof. Associado	533	22	469	20	1.389	58	2.391	100
Prof. Adjunto	1.162	10	2.073	18	8.188	72	11.423	100
Chefe Trab. Prát.	1.303	9	3.100	22	9.848	69	14.251	100
Ajudante T.Prát.	763	5	1.604	9	14.794	86	17.161	100
<b>TOTAL</b>	<b>5.348</b>	<b>10</b>	<b>9.222</b>	<b>17</b>	<b>39.047</b>	<b>73</b>	<b>53.617</b>	<b>100</b>

Fonte: FLACSO. La educación superior en Argentina. Caracas, CRESALC/UNESCO, 1985, p.139.

Em 1982, o total de pessoas docentes no subsistema universitário era cerca de 65.000. Este dado está, contudo, subestimado, uma vez que para as universidades nacionais só estão computados os docentes remunerados. A prática da docência ad-honorem é muito difundida, em especial as grandes universidades nacionais e nas carreiras "profissionais" como medicina, direito, engenharia e nas ciências sociais e humanas.

As estatísticas do Ministério da Educação indicam que, em 1983, o total de docentes do subsistema não universitário era de 22.639 pessoas, das quais pouco mais de 40% pertenciam ao regime privado, 32% trabalhavam em estabelecimentos provinciais, 27% em institutos de regime nacional e menos de 1% estavam empregados por instituições do âmbito municipal.

Os grandes empregadores do nível terciário não universitário são os estabelecimentos supervisionados pela Superintendência Nacional de Ensino Privado (SNEP), com 34% do total de docentes, e os dependentes da Direção Nacional de Educação Média e Superior, com 22%.

Até o momento, a Argentina não conseguiu estabelecer um sistema orgânico de preparação dos docentes universitários, que, no melhor dos casos, são selecionados pela qualidade de seus trabalhos em disciplinas que escolheram e, raras vezes, por suas aptidões pedagógicas. As tentativas de desenvolver uma pedagogia universitária, que datam do final da década de 50, têm sido constantemente interrompidas. A vida universitária argentina tem-se caracterizado pela instabilidade e tem impedido o estabelecimento de mecanismos regulares de seleção e aperfeiçoamento do pessoal docente.

Os cursos de pós-graduação, que alcançaram um nível razoável em meados dos anos 50, apesar de limitados a disciplinas básicas e tecnológicas e, em menor medida, às ciências médicas, se debilitaram a partir da intervenção nas universidades nacionais, em 1966, e praticamente desapareceram ou se transformaram em meras prolongações ou ampliações dos cursos de graduação.

Na Argentina, as garantias para acesso, permanência e progressão na carreira docente universitária, com base em méritos científicos e pedagógicos, são escassas ou nulas. Uma atividade acadêmica continuada e qualificada é mais uma exceção que uma regra, e a formação de novas gerações de pessoal universitário está restrita à iniciativa e ao talento individuais.<sup>17</sup>

No Brasil, em 1990, o sistema de ensino superior contava com aproximadamente 131.641 professores. Porém, muitos exercem a docência em mais de uma instituição, devendo este número ser considerado como os empregos de professores no sistema. Destes, 71.904 trabalhavam em estabelecimentos públicos e 59.737 na rede privada.<sup>18</sup>

No que se refere à qualidade do corpo docente, a análise de algumas características - formação acadêmica, regime de dedicação e nível na carreira - permitem verificar as condições do sistema.

A formação acadêmica se refere aos dois níveis de pós-graduação - mestrado e doutorado - e ao título de "livre docente". Este último é um título de larga tradição no ensino superior brasileiro e que se obtém em concurso público, mediante a defesa de uma tese original.

Graças aos programas de aperfeiçoamento do pessoal de nível superior, mantidos pelo Governo, a qualidade do corpo docente tem melhorado sensivelmente nos últimos anos. Estes programas estão a cargo de dois organismos governamentais: Conselho Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), vinculado à Secretaria de

Ciência e Tecnologia da Presidência da República e a Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculado ao Ministério da Educação.

Há mais professores com títulos de pós-graduação no sistema público do que no sistema privado. O desenvolvimento da pesquisa científica e de pós-graduação nos estabelecimentos de ensino superior do Governo, deve-se, em grande parte, a eles. Deve-se destacar, na rede privada, as Pontifícias Universidades Católicas de São Paulo e Rio de Janeiro, que gozam de alto conceito em matéria de desenvolvimento de pesquisas e de pós-graduação em alguns campos do conhecimento.<sup>19</sup>

O Quadro nº 11 apresenta a situação atual do pessoal docente em exercício, no sistema universitário público e privado, segundo a titulação.

#### QUADRO Nº 11

##### BRASIL - PESSOAL DOCENTE EM EXERCÍCIO EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS, SEGUNDO A TITULAÇÃO, 1990.

Grau	TOTAL		Público		Privado	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Graduação	45.352	34,45	22.166	30,84	23.186	38
Especialização	41.597	31,40	16.335	22,72	25.262	42
Mestrado	27.753	21,08	19.189	26,68	8.564	14
Doutorado	16.939	12,87	14.214	19,77	2.725	4
TOTAL	131.641	100.00	71.904	100,00	59.737	10

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Sinopse estatística ensino superior: graduação. Censo Educacional 1990. Brasília, MEC/CIP, 1991.

O regime de dedicação, nas instituições públicas, apresenta três opções: tempo parcial, tempo integral e dedicação exclusiva.

O regime de tempo parcial exige do professor 20 horas semanais de trabalho; os regimes de tempo integral e dedicação exclusiva requerem 40 horas. A diferença entre estas duas últimas

alternativas é que na primeira o professor pode ter outra atividade fora do estabelecimento universitário, enquanto na segunda deve dedicar-se exclusivamente à instituição.

O regime de tempo parcial permite ao professor o exercício paralelo de outras atividades profissionais. Estas são importantes para o professor de disciplinas de formação profissional que, basicamente, ensinam a fazer. Este sistema permite, em princípio, adquirir experiência prática sobre aquilo que se ensina.

Por outro lado, só se pode pensar em uma universidade como centro de excelência em investigação e estudos de pós-graduação, se houver um número significativo de professores em tempo integral e dedicação exclusiva. Por isso, estes dois regimes de dedicação têm sido incentivados nos últimos anos.<sup>20</sup>

O Quadro nº 12 detalha as características do pessoal docente por regime de trabalho e dependência administrativa.

#### QUADRO Nº 12

##### BRASIL - PESSOAL DOCENTE EM EXERCÍCIO, POR REGIME DE TRABALHO E DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Dependência Administrativa	Regime de Trabalho					
	TOTAL		Integral		Parcial	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Público	71.904	54,62	68.177	94,82	3.727	5,18
Privado	59.737	45,38	6.135	10,27	53.602	89,73
TOTAL	131.641	100,00	74.312	100,00	57.329	100,00

Fonte: BRASIL. Ministério da Educação. Sinopse estatística do ensino superior: graduação, Censo Educacional 1990. Brasília, MEC/CIP, 1991.

De acordo com a Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, e o Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, que a regulamentou, a organização da carreira do magistério superior compreende quatro classes: Professor Auxiliar, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular.

Existem, ainda, duas outras categorias de docente, para casos excepcionais: Professor Visitante e Professor Substituto.

A categoria de Visitante é utilizada para a contratação de professores de reconhecido prestígio, para atender a programas especiais de docência, pesquisa e extensão, por um prazo máximo de dois anos. A categoria Substituto é usada para substituições eventuais de docentes do quadro permanente e não pode ser superior a um ano.

O ingresso na carreira efetua-se mediante concurso público de provas e títulos, e o acesso pode ocorrer em qualquer das classes. O professor ingressa na primeira referência da classe em que foi aprovado.

Existe correspondência entre as classes e a titulação de professor. Assim, para admissão na classe de Auxiliar o requisito é o diploma de graduação, para Assistente o título de Mestre e para Adjunto o título de Doutor.

A progressão na carreira, nas três primeiras classes, se divide em quatro etapas, chamadas de "referência". O professor passa de uma referência a outra por tempo de serviço, imediatamente depois de cada dois anos de trabalho docente. Pode, também, depois de dois anos de permanência na referência 4, passar de Auxiliar para Assistente, e de Assistente para Adjunto. A classe de Professor Titular possui só uma referência.<sup>21</sup>

Deve-se ressaltar que a promoção não é automática. Depende de aprovação do departamento respectivo, que efetua uma avaliação da qualidade do trabalho acadêmico do professor. A comunidade universitária não vê com simpatia a promoção por antigüidade. Existe receio de que esta possibilidade desestime o professor a obter o título de mestre ou doutor.<sup>22</sup>

O Quadro nº 13 resume os requisitos para admissão e promoção na carreira de magistério superior.

## QUADRO Nº 13

BRASIL - CLASSES E REQUISITOS PARA A ADMISSÃO E  
PROMOÇÃO NA CARREIRA DOCENTE

CLASSE	REFERÊNCIA	REQUISITO
Auxiliar	1	- Diploma de graduação
	2	- dois anos de permanência na referência anterior
	3	- dois anos de permanência na referência anterior
	4	- dois anos de permanência na referência anterior
Assistente	1	- Título de Mestre ou permanência de dois anos na classe Auxiliar
	2	- dois anos de permanência na referência anterior
	3	- dois anos de permanência na referência anterior
	4	- dois anos de permanência na referência anterior
Adjunto	1	- Título de Doutor ou Livre Docente ou dois anos de permanência na referência quatro da classe Assistente
	2	- dois anos de permanência na referência anterior
	3	- dois anos de permanência na referência anterior
	4	- dois anos de permanência na referência anterior
Titular	1	- dois anos de permanência na referência anterior

Fonte: Decreto 94.664/87

No Paraguai, o exercício da atividade docente de terceiro grau varia segundo o tipo de instituição.

No que diz respeito às universidades, cada uma delas (Nacional e Católica) adota categoria distintas.

As categorias e funções dos professores da Universidade Nacional estão estabelecidas nos artigos 29 a 44 de sua Carta Orgânica (Lei nº 356/56). Estabelece-se quatro categorias de professores: Assistente, Adjunto, Título e Honorário. Para ingressar na instituição exige-se do candidato o título máximo da faculdade onde fez seus estudos e aprovação em um concurso de títulos, méritos e aptidões. Esta instituição admite, ainda, quatro categorias especiais de professores: Contratados, Docentes Livres, Encarregados de Cátedra e Auxiliares de Ensino.

A categoria de Professor Assistente é conferida por três anos e logo pode ser ampliada, mediante concurso, por outro período igual.

A qualidade de Professor Adjunto é outorgada por seis anos e pode ser confirmada, também mediante concurso, por mais seis anos.

O Professor Titular deve ter pelo menos cinco anos de atuação prévia de cátedra cuja titularidade deseja. O direito de titularidade da cátedra dura dez anos que, após concurso, pode ser confirmado por outro período igual. O Professor Titular que se retira depois de dez anos de exercício pode ser promovido à categoria de Professor Honorário.

São Professores Contratados aqueles nomeados por sua reconhecida capacidade científica. Livres Docentes são os graduados autorizados pelo Conselho Diretivo da Faculdade, para ministrar uma parte ou a totalidade de cursos sobre uma determinada especialidade. Encarregados de Cátedra são aqueles que substituem temporariamente os Professores Titulares, Adjuntos ou Assistentes. Auxiliares são os docentes que colaboram com os professores no desempenho de suas cátedras.

O exercício da docência na Universidade Católica está regulado pelos artigos 56 e 57 de sua Carta Orgânica (Decreto Nacional nº 11.079). Existem dois tipos de Professores: Permanentes e Temporários. Os Professores Permanentes se dividem em duas categorias: Titular e Assistente. Os Temporários dividem-se em Encarregados de Cátedra, Auxiliares e Contratados.

Para ingressar no quadro docente da Universidade Católica existem requisitos gerais e específicos. Entre os requisitos gerais estão: título universitário, ou, em casos especiais, a contribuição comprovada à ciência e experiência acadêmica, capacidade pedagógica, espírito de disciplina para o eficaz trabalho em equipe, boa reputação na vida pública e privada, atitudes coerentes com os fins da Universidade.

Os requisitos específicos são determinados de acordo com o nível e categoria. Para a nomeação de Professores Permanentes segue-se o Regulamento de Concurso de Professores Titulares e Assistentes. As normas para designação de Professores Temporários são determinadas pelas Unidades Pedagógicas, através de seus Conselhos Departamentais ou Faculdades.

Nas instituições parasistêmicas não existem critérios rigorosos para a seleção, admissão e conformação do corpo docente, embora requisite-se idoneidade profissional.

Nas instituições de ensino superior não universitárias há um maior rigor e controle em matéria de requisitos e procedimentos para o exercício docente. Assim, para exercer a docência nos institutos de formação docente se requer a nacionalidade paraguaia, ser nomeado pelo Poder Executivo com base em concurso de títulos, antecedentes e méritos docentes e a proposta da direção do instituto, conforme o sistema administrativo vigente. Os professores podem ser de três categorias: de jornada completa, de meia jornada e de horas de cátedra<sup>23</sup>.

No Uruguai, o pessoal docente universitário se distribui em cinco graus ordenados hierarquicamente, a saber: Grau 1 - Ajudante; Grau 2 - Assistente; Grau 3 - Adjunto; Grau 4 - Agregado e Grau 5 - Titular (Catedrático).

O acesso à carreira docente, bem como às promoções posteriores, realizam-se através de concurso de méritos ou de méritos e oposição, porém não se exige uma formação pedagógica específica para isso. Os cargos de docentes são objeto de avaliação pelo menos a cada cinco anos (Grau 5), e em períodos menores para os graus inferiores.

O Quadro nº 14 apresenta a distribuição dos docentes da Universidade da República, em 1985, segundo o grau.



## QUADRO Nº 14

URUGUAI - DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES NA UNIVERSIDADE DA  
REPUBLICA, SEGUNDO O GRAU. JUNHO DE 1985

GRAU	DOCENTES	
	N	%
1 - Ajudante	821	19
2 - Assistente	1.443	33
3 - Adjunto	1.219	28
4 - Agregado	389	8
5 - Titular (Catedrático)	537	12
Total do País	4.409	100

Fonte: UNIVERSIDAD MAYOR DE LA REPUBLICA. Dirección General de Planeamiento Universitario. La Educación Superior en Uruguay. Caracas, CRESALC/UNESCO, 1986, p.82.

Um outro dado importante é a dedicação horária do corpo docente, que se encontra discriminada no Quadro nº 15. Mais da metade dos professores da Universidade da República dedicam de 10 a 29 horas semanais, 31% de 1 a 9 horas e somente 10% de 30 a 40 horas por semana. No que se refere aos professores Titulares que exercem suas atividades em faculdades ou escolas, 56% dedicam somente de 1 a 9 horas semanais à instituição<sup>24</sup>.

## QUADRO Nº 15

URUGUAI - NÚMERO DE CARGOS SEGUNDO DEDICAÇÃO HORÁRIA  
- UNIVERSIDADE DA REPÚBLICA. JUNHO 1985.

	DEDICAÇÃO HORÁRIA (HORAS SEMANAIS)							
	01-09		10-29		30-40		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<b>Faculdades/Escolas</b>								
Grau 1	147	19	564	74	51	7	762	100
Grau 2	431	35	674	55	127	10	1232	100
Grau 3	402	39	546	53	86	8	1034	100
Grau 4	80	26	193	62	37	12	310	100
Grau 5	284	56	174	34	49	10	507	100
Hospital de Clínicas (1)	-	-	414	83	83	17	497	100
Outros Serviços (1)	6	9	31	46	30	45	67	100
<b>TOTAL</b>	<b>1350</b>	<b>31</b>	<b>2596</b>	<b>39</b>	<b>463</b>	<b>10</b>	<b>4409</b>	<b>100</b>

FONTE: UNIVERSIDAD MAYOR DE LA REPUBLICA. Dirección General de Planeamiento Universitario. La Educación en Uruguay. Caracas, CRESALC/UNESCO, 1986.

(1) Dados desagregados por grau não disponíveis.

## 6. NORMAS REGULAMENTADORAS DO ENSINO SUPERIOR

Este capítulo não tem por objetivo detalhar exaustivamente os ordenamentos jurídicos que regem o ensino superior em cada um dos países do MERCOSUL, mas sim descrever sucintamente as diretrizes que emanam destas legislações e que podem influir sobre a integração e sobre a tentativa de convalidar os títulos. Cabe destacar, ainda, que estas diretrizes nem sempre aparecem organicamente articuladas nas fontes bibliográficas consultadas.

Na Argentina, o governo democrático eleito em 30 de outubro de 1983 deu respostas imediatas à problemática universitária. Isto se iniciou com o decreto do Poder Executivo Nacional nº 154, de 18 de dezembro de 1983, explicitado e ampliado na mensagem ao Congresso Nacional nº 155, da mesma data, em que solicitou ao Legislativo a revogação da Lei nº 22.207, implementada pelo Governo Militar, assim como a sanção com força de lei do estipulado no Decreto nº 154/83, até que se sancionasse uma lei "de fundo" sobre o tema.

Este projeto, que foi sancionado por ambas as câmaras e transformou-se na Lei nº 23.068, estabeleceu um regime provisório de normalização das universidades nacionais e revogou a lei de fato nº 22.207. Reestabeleceu, ainda, a vigência dos estatutos que regiam as universidades nacionais em 29 de julho de 1966, sempre que suas disposições não contrariassem esta nova lei.

Estes estatutos universitários eram os estipulados pelo governo militar que derrubou, em 1955, o governo peronista e que concediam autonomia técnica, administrativa e acadêmica às universidades. Estão contidos nos decretos-leis nºs 6.403/55, 10.755/56, 7.361/57 e 8.730/57.

No que diz respeito às universidades privadas, além da Lei 22.207, que incluía em seu ordenamento os fins destas instituições, a regulamentação de suas atividades encontra-se na Lei 17.604, de 1967, ainda vigente. Esta lei modificou e ampliou a Lei 14.457, de 1958, instrumento legal que possibilitou a existência das universidades privadas no País, após um amplo debate que envolveu os setores políticos, acadêmicos e estudantis naquele momento.

As universidades privadas são constituídas legalmente como entidades sem fins lucrativos, com a forma de associação civil ou fundação, com personalidade jurídica concedida pelo Poder Executivo Nacional ou pelas autoridades provinciais<sup>25</sup>.

No Brasil, a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, conhecida como Lei da Reforma Universitária, fixa as normas organizacionais e funcionamento do ensino superior.

A reforma universitária impactou principalmente a estrutura orgânica do ensino de 3º Grau. A partir de 1968, o "departamento" é considerado como a menor fração universitária "para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica e de distribuição de pessoal". (Lei 5540/68, Art. 11, letra b e Art. 12, parágrafo 3º).

A Lei nº 7.596, de 10 de abril de 1987, concedeu isonomia às universidades organizadas como fundação ou como autarquia. Antes desta Lei, as universidades públicas estavam reguladas por dois regimes jurídicos distintos - um para as fundações e outro para as autarquias -, o que gerava profundas distorções no sistema de ensino superior, especialmente em matéria salarial. Havia remunerações diferentes para professores e funcionários que exerciam funções iguais em estabelecimentos com idênticas atividades. A partir da promulgação da Lei 7.596, regulamentada pelo Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987, instituiu-se um Plano único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos para as Instituições Públicas de Ensino Superior, corrigindo-se as divergências existentes.

A Lei 5.692, de 1971, fixa as diretrizes e bases para a educação brasileira, em todos os níveis. No momento, está sendo discutida uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Seria prematuro indicar suas repercussões para o ensino superior, haja visto que ainda está em debate no meio político e acadêmico.

No Paraguai, as instituições universitárias são reguladas pela Lei nº 828, de 18 de novembro de 1980, onde se define sua natureza e a finalidade, sua criação e organização, seu funcionamento e o exercício da docência.

A gestão e a organização interna das instituições universitárias existentes no País estão definidas pelas suas respectivas cartas orgânicas. A Lei nº 356/56 estabelece a carta orgânica da Universidade Nacional. Os estatutos sociais aprovados pelo Decreto da Nação nº 11.079, de 1960, conjuntamente com o reconhecimento da personalidade jurídica, constituem a carta orgânica da Universidade Católica "Nuestra Señora de la Asunción.

As instituições de ensino superior não universitárias são regulamentadas por decretos e resoluções do Ministério de Educação e Cultura, uma vez que a maioria de seus Programas operam sob a supervisão direta deste Ministério.

Como as instituições de ensino superior parasistêmicas não têm reconhecimento oficial, seu funcionamento está regulado por princípios sustentados pela tradição, os quais, na maioria dos casos, nem sequer estão escritos.<sup>26</sup>

No Uruguai, as principais normas que regem a vida da Universidade da República são:

- (a) a Constituição da República, que em seu artigo 71 trata do ensino público e estabelece sua gratuidade, e nos artigos 202, 203 e 204 reconhece a autonomia universitária;
- (b) a Lei nº 12.549, de 16 de outubro de 1958 - Lei Orgânica da Universidade - que estabelece os fins da instituição, sua forma de governo e organização, e disciplina formas concretas de participação de docentes, estudantes e egressos em seus órgãos, consagrando assim o princípio de co-governo;
- (c) a Lei nº 15.739, de 28 de março de 1985 - Lei de Emergência para a Educação - rege a Universidade em dois aspectos. Estabelece, em primeiro lugar, o voto secreto e obrigatório nas eleições universitárias. Em segundo lugar, cria uma Comissão Coordenadora da Educação, integrada, entre outros, por membros do Ministério da Educação e da Universidade para, entre outras atribuições, projetar as diretrizes gerais da política educacional do país e promover a avaliação do desenvolvimento e resultado de planos e programas de estudos.<sup>27</sup>

## 7 - COOPERAÇÃO INTERINSTITUCIONAL NACIONAL E INTERNACIONAL

Na Argentina, um dos problemas centrais da educação superior é justamente a falta de coordenação entre os subsistemas, regimes e estabelecimentos.

Há um divórcio histórico entre a educação superior universitária e a não universitária, agravado pelo surgimento de novos agentes educativos, particularmente privados, pela multiplicação de estabelecimentos, pelas tentativas de centralização e pelo aparecimento de instâncias coordenadoras dos subsistemas como, por exemplo, o Conselho de Reitores de ambos os regimes.

No âmbito universitário, a autonomia relativa dos estabelecimentos gera problemas para uma efetiva cooperação interinstitucional. Os perfis diferenciados dos estabelecimentos (dedicação do corpo docente, capacidade instalada, etc.) impede a cooperação entre universidades nacionais de grande porte e universidades recém-criadas. A organização, através de cátedras individuais, que prevalece nas instituições mais tradicionais, se contrapõe às perspectivas interdisciplinares de novas formas de organização universitária, tais como os departamentos, presentes nos estabelecimentos mais modernos.

Pode-se afirmar que, na Argentina, o intercâmbio entre instituições universitárias se dá graças às iniciativas particulares de docentes e investigadores, os quais tratam de estabelecer relações interinstitucionais para impulsionar projetos e trabalhos conjuntos.

No ensino não universitário a situação é mais grave, porque não existem formas orgânicas para a integração entre as Direções Nacionais do Ministério da Educação, a Superintendência Nacional de Ensino Privado e os respectivos organismos de jurisdição provincial.

No que se refere ao intercâmbio internacional, verifica-se uma situação ambivalente. De um lado, o êxodo, voluntário ou forçado, de um número considerável de pesquisadores, docentes e intelectuais, abriu novas perspectivas de vinculação da educação superior argentina com o exterior. Por outro lado, a deterioração do nível acadêmico das universidades nacionais - que eram, via de regra, as que estabeleciam relações com o exterior - aliado a um certo receio da comunidade científica internacional a qualquer forma de contato ou cooperação com os governos militares, provocou o enfraquecimento ou a ruptura dos vínculos com o exterior.

Esta situação não se modificou substancialmente depois da redemocratização. Em muitos casos o nível acadêmico foi definitivamente deteriorado. Por outro lado, o baixíssimo nível das remunerações tem provocado a saída total ou parcial de muitos docentes e o desinteresse das gerações mais jovens para com a carreira universitária. A diminuição dos aportes financeiros impede, ainda, a atualização de equipamentos e bibliotecas, fazendo com que a universidade argentina não ofereça hoje, para a comunidade acadêmica internacional, o interesse que oferecia em outras épocas.

Pode-se dizer, de uma forma esquemática, que as relações da Argentina com o ambiente científico e acadêmico internacional restringem-se a:

- intercâmbio de pessoal (docentes, pesquisadores e estudantes), ainda que o fluxo seja mais pronunciado do país para o exterior do que vice-versa;
- intercâmbio de materiais (livros, visitas, vídeos, etc.);
- formulação e execução de projetos conjuntos entre instituições e equipes;
- participação institucional em organizações que agrupam estabelecimentos de educação superior ou científicos e pesquisadores que trabalham nas universidades.

No que se refere ao último tipo de relação, cabe mencionar que durante os últimos anos do governo militar a representação argentina ficou restrita às universidades privadas.<sup>28</sup>

No Brasil existe um programa de cooperação interinstitucional coordenado pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Este programa, denominado Cooperação Técnica Nacional, tem como objetivo geral difundir entre as instituições brasileiras os conhecimentos científicos e tecnológicos desenvolvidos no País.

As prioridades do programa concentram-se no fortalecimento de áreas de conhecimento que contam com um número reduzido de pesquisadores, no reforço a grupos de novas pesquisas e na consolidação de atividades docentes.

Em termos gerais, o programa propõe-se ao fortalecimento de grupos e atividades emergentes com o apoio de instituições já consolidadas. Como as universidades não estão uniformemente consolidadas, a cooperação estabelece-se entre os departamentos. Desta forma, uma universidade pode ser a beneficiária de um projeto e a beneficiante de outro.

Apesar do esforço dos organismos de fomento, deve-se reconhecer que a prática de cooperação interinstitucional entre as universidades brasileiras podia ser muito mais intensa.

O estímulo à cooperação internacional está a cargo da CAPES e do CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Este último, em sua atuação como agente executor dos acordos básicos de cooperação científica e tecnológica firmados pelo governo do Brasil, dispõe de um importante número de instrumentos de cooperação (convênios, ajustes e memorandos), estabelecidos com entidades congêneres de numerosos países.

Isto, também ocorre com a CAPES. Entre os vários acordos que ela mantém, cabe mencionar o Acordo Básico de Cooperação Interuniversitária entre Brasil e França, que inclui o programa CAPES/Comitê Francês de Avaliação de Cooperação Universitária (COFECUB), instituído em 1978, e que cobre os mais diversos campos do conhecimento através de projetos que vinculam, cada um deles, uma universidade brasileira com uma universidade francesa.

Nos últimos anos, o Brasil tem intensificado a cooperação com universidades de países em desenvolvimento em geral e com a América Latina. Esta forma de intercâmbio se dá por iniciativa de uma universidade específica ou como desdobramento dos acordos

gerais de cooperação científica e tecnológica que o governo brasileiro mantém com países latino-americanos, em especial Argentina, Colombia, Chile, Costa Rica, México, Peru e Venezuela.

Neste particular, cabe destacar o Programa de Estudantes - Convênio de Pós-Graduação, criado em 1981, através de protocolo assinado pela CAPES, CNPq e o Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores. Este programa oferece bolsas em cursos brasileiros para estudantes de países em desenvolvimento, com os quais o País mantém acordos culturais.<sup>29</sup>

No Paraguai, a cooperação nacional está restrita aos convênios bilaterais que a Universidade Nacional de Assunção mantém com algumas instituições do setor público, a saber:

- com a Administração Nacional de Telecomunicações (ANTELCO), para a utilização de seus laboratórios de eletrônica;
- com o Instituto Geográfico Militar para utilizar suas instalações e equipes em benefício do curso de Ciências Geográficas;
- com diversos ministérios para o uso de suas instalações e sedes em práticas e estágios dos alunos.

A universidade Católica não tem apoio do setor público para este tipo de cooperação, a qual se restringe à utilização de algumas instalações públicas para as práticas de seus alunos.

Em matéria internacional, pode-se mencionar os seguintes acordos firmados pela UNA:

- com a Universidade do Chile, em apoio ao Programa de Engenharia Florestal, possibilitando o intercâmbio de professores e estudantes e a concessão de bolsas de pós-graduação para profissionais paraguaios;
- com o governo da Suíça, em apoio a Ciências Veterinárias, para implantação de uma granja experimental;
- com os governos do Japão, Inglaterra e França, também para estas áreas.

A Universidade Católica mantém diversos projetos de cooperação internacional, entre eles destacam-se:



- com o Comitê Intergovernamental de Migrações (MIC), que possibilita a estada de especialistas integrados em diversas áreas ou disciplinas;
- com Stipendienwerke da Alemanha, que proporciona bolsas de aperfeiçoamento de pós-graduação a docentes da Instituição;
- com a Fundação Konrad Adenauer, que apóia o desenvolvimento de estudos e seminários na rea sócio-econômica;
- com a Associação de Voluntários de Serviço Internacional (AVSI), com o Centro Latino-americano de Estudos e Informática (CLEI) e com o ROSTLAC/UNESCO, que apóiam diversas ações de seu Centro de Computação;
- com a Inter American Foundation (IAF) e Misereor, que dão apoio permanente a projetos de extensão rural; e
- com o Serviço Alemão de Intercâmbio (DAAD) e com a Sociedade Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), que proporcionam equipamentos, laboratórios e apóiam ações na área de ciência e tecnologia.

A Universidade Católica é, também, membro dos seguintes organismos internacionais: Federação Internacional de Universidades Católicas (FIUC); Associação Internacional de Universidades (AIU); União de Universidades da América Latina (UDUAL) e Organização Universitária Interamericana (OUI).<sup>30</sup>

No que se refere ao Uruguai, não se dispõe de informações sobre a cooperação interinstitucional, nacional e internacional.

Pode-se afirmar, no entanto, que de acordo com o projeto do orçamento 1986-1989 para a Universidade da República, é intenção das autoridades universitárias ampliar as relações de cooperação com organismos públicos e privados nacionais e centros acadêmicos do exterior.

Existem convênios e práticas regulares de cooperação com vários ministérios (Educação e Cultura, Transporte e Obras Públicas, Saúde Pública), com a Prefeitura Municipal de Montevideu e com outras do interior do país e, ainda, vinculações e convênios com universidades e governos de vários países<sup>31</sup>.

## 8 - EXPERIÊNCIAS ANALOGAS PARA INTEGRAÇÃO REGIONAL DE SISTEMAS DE EDUCAÇÃO

### 1. A Experiência da Comunidade Européia

Para preparar a "Europa sem fronteiras", a Comunidade Européia considerou que a integração de sistemas educativos era um verdadeiro desafio. Com a finalidade de concentrar esforços nos objetivos fundamentais, evitar a dispersão e permitir uma visão de conjunto das ações necessárias, definiu sete diretrizes para os anos de 1989 a 1992. Estas diretrizes foram aprovadas, em 6 de outubro de 1989, pelos Ministros da Educação da Comunidade.

A primeira diretriz refere-se à livre circulação de pessoas e idéias e o reconhecimento da qualificação profissional. Propõe, neste sentido, que se avance em três direções:

- (a) reconhecimento dos diplomas e qualificações profissionais, permitindo ao cidadão europeu exercer sua profissão no Estado membro por ele eleito, ainda que o diploma que possui não seja desse país;
- (b) reconhecimento acadêmico dos diplomas e períodos de estudo do ensino superior, de tal forma que os estudantes possam prosseguir sua formação aonde desejarem;
- (c) reconhecimento do direito dos docentes de exercer sua profissão em todos os países membros.

No que concerne ao reconhecimento para o exercício profissional, a Comissão das Comunidades Européias já adotou várias medidas facilitadoras. Assim, liberou o acesso a uma série de profissões regulamentadas através de um conjunto de 60 "diretivas". Iniciou, ao mesmo tempo, o estabelecimento de correspondências entre as qualificações profissionais, para isto contou com a assistência técnica do Centro Europeu para o Desenvolvimento da Formação Profissional (CEDEFOP). Como este processo demanda algum tempo, a Comunidade estabeleceu um sistema complementar e geral de reconhecimento de diplomas dos cursos superiores com duração mínima de três anos. Este sistema se fundamenta na mútua confiança, que supõe a comparatividade dos níveis de formação e, em alguns casos, a sujeição a uma experiência profissional, a um estágio de adaptação ou a uma prova de aptidões.

Um sistema semelhante foi proposto para os cursos mais curtos, inclusive do ensino secundário.

As outras diretrizes estabelecem uma série de programas públicos e privados, que buscam a formação e qualificação de profissionais. A estratégia principal desses programas é atender as novas necessidades da economia e da sociedade que surgirão com a unificação da Europa. Esses programas de intercâmbio contam com recursos do Fundo Social Europeu, que intensificou sua ajuda financeira a partir de 1989. Os programas subdividem-se em seis linhas de atuação: (a) formação profissional inicial e contínua; (b) desenvolvimento da docência superior; (c) educação e formação para o domínio de tecnologias; (d) melhoria da qualidade dos sistemas educativos através da cooperação; (e) ensino de línguas e comunicação intercultural; (f) intercâmbio de jovens.<sup>32</sup>

O Quadro 16 resume alguns aspectos dos programas de intercâmbio estabelecidos pela Comunidade Europeia.

#### QUADRO Nº 16

##### PROGRAMAS DE INTERCÂMBIO DA COMUNIDADE EUROPEIA

Nome do Programa	Público	Objetivos	Formas de Atuação
PETRA	Jovens de formação inicial e responsáveis pela formação.	Preparar jovens para a vida profissional e para suas responsabilidades de adultos	1, 2 ou mais anos de formação profissional ao final da escolaridade obrigatória; três vertentes distintas e complementares: (a) facilita parcerias transnacionais de cooperação; (b) apóia projetos de iniciativa de jovens; (c) coopera para o domínio da pesquisa
IRIS	Mulheres	Apóia projetos inovadores de formação.	
EXPERIMENTAL	Dirigentes de pequenas e médias empresas (PME)	Formar dirigentes	
ERASMUS	Estudantes e docentes do ensino superior	Favorecer a cooperação e o intercâmbio entre universidades dos países membros	Concede bolsas de transporte

Nome do Programa	Público	Objetivos	Formas de Atuação
SCIENCE	Pesquisadores de nível superior	Estimular a movimentação de pesquisadores entre os países membros	
COMETT	Estudantes de ensino superior e pessoal de empresas	Estimular e reforçar a co-operação entre universidades e empresas para desenvolver formações iniciais e contínuas em tecnologias	Apóia parcerias entre universidades e empresas, colocações transnacionais de estudantes em empresas e projetos conjuntos
EUROTECNET	Empresas principalmente PME	Estimular a confrontação e disseminação de experiências. Criar uma rede europeia de projetos de demonstração. Coordenar a pesquisas de novas tecnologias	
ARION	Responsáveis e especialistas em educação	Disseminar informações e experiências educacionais. Estimular a evolução das políticas educacionais	Financia visitas de estudantes; mantém a rede EURIDICE - Rede Europeia de Informação sobre Educação
LINGUA	Alunos e professores de educação secundária profissional e pessoal de empresas	Promover a aprendizagem de línguas no ensino superior, na formação profissional e nas empresas. Formar professores de línguas estrangeiras	Financia bolsas, intercâmbio e material didático
JUVENTUDE PARA EUROPA	Jovens de 15 a 25 anos	Favorecer o intercâmbio de jovens de todos os meios	Dá prioridade àqueles que não se beneficiam dos programas tradicionais; apóia intercâmbio organizado pelos próprios jovens
JOVENS TRABALHADORES	Jovens trabalhadores e desempregados	Favorecer a inserção profissional dos jovens.	Apóia o intercâmbio de jovens em busca de emprego

FONTE: COMISSÃO DAS COMUNIDADES EUROPEIAS. A educação e a formação no horizonte de 1991. O Dossier da Europa". Bruxelas, Bélgica, nº 05/90, abril/1990.

## 2. A Experiência da América Latina e do Caribe

Os países da América Latina e do Caribe firmaram, em 19 de julho de 1974, um Convênio Regional de Convalidação de Estudos, Títulos e Diplomas de Educação Superior. Este convênio foi incentivado pela UNESCO, a partir da diretriz básica de promover, em tais países, a movimentação das pessoas.

De acordo com o texto do convênio, o reconhecimento das qualificações profissionais tem por objetivos:

- (a) permitir a melhor utilização dos meios de formação da região;
- (b) assegurar uma maior movimentação dos professores, estudantes, pesquisadores e profissionais dentro da região;
- (c) minimizar as dificuldades que encontram ao regressar a seus países de origem as pessoas que recebem uma formação no exterior;
- (d) favorecer uma maior e mais eficaz utilização dos recursos humanos da região com o fim de assegurar o pleno emprego e evitar a fuga de talentos atraídos por países altamente industrializados<sup>33</sup>.

O convênio se aplica tanto para iniciar e prosseguir os estudos de nível superior, como para o exercício da atividade profissional.

No que tange à continuação dos estudos superiores, o convênio dispõe que "o reconhecimento permitir que se leve em conta a candidatura do titular interessado para sua admissão nas instituições de educação superior e de pesquisa de qualquer Estado Contratante, igual que o titular de um diploma, título ou grau comparável outorgado no Estado Contratante interessado".

Com respeito ao exercício profissional, o convênio estabelece que "o reconhecimento de um diploma, título ou grau estrangeiro para o exercício de uma atividade profissional constitui o reconhecimento da preparação profissional exigida para o exercício de determinada profissão".

O reconhecimento dos diplomas, títulos ou graus não exige aos titulares de satisfazer as condições que podem ser requeridas por agentes governamentais.

Para alcançar suas finalidades o convênio prevê a criação de organismos nacionais, bilaterais e sub-regionais, assim como um Comitê Regional para América Latina e o Caribe integrado por representantes dos governos dos países membros. O Comitê tem-se reunido anualmente desde 1974.

O único país do MERCOSUL que aderiu ao convênio foi o Brasil, em 1977.

Cabe destacar, finalmente, as dificuldades encontradas para a implementação do convênio, as quais foram objeto de reflexão durante a sétima reunião do Comitê, realizada em Curaçao, em 1988:

"...o mecanismo de adesão ao convênio nesta parte do mundo se estancou desde 1979, e de ratificação desde 1983, o que há é que vinte e dois Estados da região estão fora dele; que o convênio foi denunciado por um Estado parte (Chile) e que, em vários daqueles em que o convênio tem força de lei, existem dificuldades para sua aplicação concreta. Deve-se, ainda, constatar que muitos dos Acordos e recomendações adotados pelas seis reuniões precedentes (41 até esta data) hoje são letra morta."<sup>34</sup>

## NOTAS DE RODAPÉ

- 1 - Ata de 29 de julho de 1986, Tratado de 29 de novembro de 1988, a Ata de Buenos Aires de 6 de julho de 1990 e Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica nº 14, firmado na ALADI em dezembro de 1990.
- 2 - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (FLASCO). Educación Superior en Argentinas. Caracas, CRESALC/UNE, 1985, pp.10-11.
- 3 - Idem.
- 4 - Pontes, Hélio. La Educación Superior en Brasil. Caracas, CRESALC/UNESCO, 1985.
- 5 - Brasil. Ministério da Educação. Sinopse estatística do ensino superior: graduação - Censo Educacional 1990. Brasília, MEC, 1991.
- 6 - Ramirez, Carlos de Jesus; Lafuente, Carlos Luis; Rive, Diomedes. La Educación Superior en Paraguay, CRESALC/UNESCO, 1986.
- 7 - Idem.
- 8 - Universidad Mayor de la Republica. Dirección General de Planeamiento Universitario. La Educación Superior en Uruguay. Caracas, CRESALC/UNESCO, 1986.
- 9 - FLASCO. Op. cit.
- 10- Pontes, Hélio. Op. cit.
- 11- Ramirez, Carlos de Jesus et al. Op. cit.
- 12- FLASCO. Op. cit.
- 13- Universidad Mayor de la Republica. Op. cit.
- 14- FLASCO. Op. cit.
- 15- Pontes, Hélio. Op. cit.
- 16- Universidad Mayor da la Republica. Op. cit.
- 17- FLASCO. Op. cit.
- 18- Brasil. Op. cit.

- 19- Pontes, Hélio. Op. cit.
- 20- Idem.
- 21- Brasil. Decreto nº 94.664, de 23 de julho de 1987.
- 22- Pontes, Hélio. Op. cit.
- 23- Ramirez, Carlos de Jesus et al. Op. cit.
- 24- Universidad Mayor de la Republica. Op. cit.
- 25- FLASCO. Op. cit.
- 26- Ramirez, Carlos de Jesus et al. Op. cit.
- 27- Universidad Mayor de la Republica. Op. cit.
- 28- FLASCO. Op. cit.
- 29- Pontes, Hélio. Op. cit.
- 30- Ramirez, Carlos de Jesus et al. Op. cit.
- 31- Universidad Mayor de la Republica. Op. cit.
- 32- Comissão das Comunidades Européias. O dossier da Europa. A educação e a formação no horizonte de 1991. Bélgica, Bruxelas, nº 5, abril de 1990.
- 33- UNESCO/CRESALC. Convênio regional de convalidación de estudio de títulos y diplomas de educación superior en America Latina y Caribe. In Revista de Educación Superior. nº 26, jul./dic. 1988, pp. 135-49.
- 34- UNESCO/CRESALC. Convenio Regional de Convalidación de estudio de títulos y diplomas de educación superior en America Latina y Caribe. In: Informe Final - Séptima Reunión. Curazao 31 de mayo - 3 de junio de 1988.



## **CURRICULA-VITAE**

## ENRIQUE SARAVIA

- Professor do Corpo Permanente e sub-chefe do Departamento de Ensino da Escola Brasileira de Administração Pública (EBAP) da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro).
- Professor e Coordenador da Área de Administração de Empresas Públicas na Escola Interamericana de Administração Pública (EIAP) da Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro). 1974-1988.
- Professor Associado da Universidade de Paris I (Panthéon-Sorbonne), 1992.
- Professor Conferencista da Escola Nacional de Administração (ENA), Paris, França, 1992, do Instituto de Altos Estudos Comerciais (HEC), Jouy-en-Josas, França, 1992, e do Instituto Internacional de Administração Pública (Paris). 1976-1979; 1986; 1992.
- Pesquisador Associado do Instituto de Ciência Política da Universidade de Heidelberg, Alemanha.
- Professor Visitante da Universidade do Texas (Austin, Texas, USA), 1984-1985; 1985-86.
- Membro do Comitê Executivo da Associação Internacional de Economia da Cultura (Fort Worth, Texas, USA).
- Vice-Presidente da Associação Internacional de Institutos e Escolas de Administração (Bruxelas, Bélgica).
- Consultor das Nações Unidas (desde 1979 até hoje). Projetos desenvolvidos na Argentina, Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, França, Itália, Iugoslávia, Panamá, Perú, Venezuela e os Estados Unidos, como assessor dos governos, ou entidades e empresas governamentais, ou organismos da ONU (OIT, UNESCO, UNIDO, Departamento de Cooperação Técnica para o Desenvolvimento - DTCD, CEPAL, CLAD e Centro Internacional para as Empresas Públicas).
- Consultor do Banco Mundial. Assessor do Governo do Uruguai (1989-1990); assessor do Governo da Bolívia (1992); assessor do Governo de Moçambique (1992).
- Consultor do Governo do Brasil. Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Coordenação de Empresas Estatais (1991-1992); Secretaria da Cultura da Presidência da República (1991-1992).
- Relator Geral do Instituto Internacional de Ciências Administrativas (Bruxelas, Bélgica) desde 1981 até 1983, com atividades em Tóquio, Bruxelas e Berlim.
- Consultor da Fundação Alemã para o Desenvolvimento Internacional (DSE), da Fundação Ford e de empresas e instituições privadas (Gerdau Serviços de Informática S.A. - GSI, W.W. Engenharia, Wella do Brasil, Escola Superior de Propaganda e Marketing, IBM Brasil) e empresas e entidades governamentais (Consórcio Rodoviário Intermunicipal de Goiás - CRISA; Central de Medicamentos - CEME; Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU; Telecomunicações Brasileiras do Rio de Janeiro S/A - TELERJ; Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ; Instituto Nacional de Previdência Social - INPS; Companhia Vale do Rio Doce - CVRD; Companhia Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO; Tribunal de Contas da União).

VERA LUCIA DE ALMEIDA CORREA

FORMAÇÃO ACADEMICA:

1979 - Licenciatura Curta em Ciências pela Pontífica Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

1988 - Bacharel em Administração de Empresas pela Faculdade Portoalegrense de Ciências Contábeis e Administrativas.

Mestranda em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas.

EXPERIENCIA PROFISSIONAL:

De 1976 a 1984, desenvolveu suas atividades junto ao Escritório Técnico do Campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, atuando na área de licitações e contratos administrativos.

De 1984 a 1988, foi assessora do Pró-Reitor de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

De 1988 a 1990, foi Diretora da Divisão de Material da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

ATIVIDADES ATUAIS:

- Consultora e ministrante de cursos de treinamento e aperfeiçoamento em empresas, organizações governamentais e não-governamentais.

- Professora dos Cursos de Administração de Empresas - CADEMP - da Fundação Getulio Vargas.

- Professora da Universidade Estácio de Sá.

- Técnica do Laboratório de Estudos em Planejamento e Política Educacional, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

AREAS DE INTERESSE:

- Elaboração, Gestão e Avaliação de Programas e Projetos, em especial os de Educação;

- Organização e Métodos;

- Licitações e Contratos Administrativos.

## **SERIE CADERNOS EBAP**

01. FORMAÇÃO DO ADMINISTRADOR PÚBLICO: ALTERNATIVAS EM  
DEBATE - 1980  
Bianor Scelza Cavalcanti
02. EM BUSCA DE NOVOS CAMINHOS PARA A TEORIA DE ORGANIZAÇÃO -  
1990  
Anna Maria Campos
03. TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO GERENCIAL: INFERÊNCIA  
SOBRE A EXPERIÊNCIA DAS EMPRESAS ESTATAIS NO BRASIL -  
1980  
Paulo Roberto Motta
04. ESTRUTURAS ORGANIZACIONAIS - 1980  
Luciano Zajdsznajder
05. A INTERVENÇÃO ESTATAL NO SETOR SAÚDE: UMA CONTRIBUIÇÃO  
PARA A PESQUISA "GASTO PÚBLICO EM SAÚDE" - 1980  
Equipe PROASA
06. EDUCAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: RETROSPECTIVA E  
PERSPECTIVA DA EXPERIÊNCIA NORTE-AMERICANA E REFLEXÕES  
SOBRE O CASO BRASILEIRO - 1980  
Héctor Atilio Possiese

07. PROJETO RIO: ANÁLISE DE UMA EXPERIÊNCIA DE PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO - 1981  
Hector Atilio Possiese
08. A PROPOSTA DE PARTICIPAÇÃO NA TEORIA GERENCIAL: A PARTICIPAÇÃO INDIRETA - 1981  
Paulo Roberto Motta
09. PARTICIPAÇÃO NA GERÊNCIA: UMA PERSPECTIVA COMPARADA - 1981  
Paulo Roberto Motta
10. O RITUAL DA DESBUROCRATIZAÇÃO: SEUS CONTEXTOS DRAMÁTICOS E REPRESENTAÇÕES - 1981  
Maria Eliana Labra
11. ASSISTÊNCIA MÉDICO-HOSPITALAR DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO BRASILEIRO ATRAVÉS DE SERVIÇOS CONTRATADOS - 1981  
Valéria de Souza
12. MINHA DÍVIDA A LORD KEYNES - 1982  
Alberto Guerreiro Ramos
13. UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DO POLO NOROESTE - 1982  
Antônio de Pádua Fraga

14. REPARTINDO TAREFAS E RESPONSABILIDADES NAS ORGANIZAÇÕES:  
ALGUNS DILEMAS ENFRENTADOS PELA GERÊNCIA - 1982  
Anna Maria Campos
15. AS DISFUNÇÕES DO PROGRAMA NACIONAL DO ALCOOL EM  
DECORRÊNCIA DA EXCESSIVA ÊNFASE NA CANA-DE-AÇÚCAR -  
1982  
Fátima Bayma de Oliveira
16. SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE SAÚDE: A VISÃO DE UM  
SANITARISTA - 1982  
Franz Rulli Costa
17. O "JEITINHO" BRASILEIRO COMO UM RECURSO DE PODER - 1982  
Clovis Abreu Vieira  
Frederico Lustosa da Costa  
Lázaro Oliveira Barbosa
18. FINSOCIAL: ANÁLISE DE UMA POLÍTICA GOVERNAMENTAL - 1983  
Paulo Emílio Matos Martins
19. AVALIAÇÃO DE EMPRESAS PÚBLICAS EM PAÍSES EM  
DESENVOLVIMENTO: A PERSPECTIVA SOCIAL - 1983  
Paulo Roberto Motta

20. REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE TECNIFICAÇÃO DA MEDICINA  
NO BRASIL - 1983

Paulo Ricardo da Silva Maia

21. A CO-GESTÃO NO INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER: UMA  
ANALISE ADMINISTRATIVA - 1983

Paulo Roberto Motta

22. O SINDICALISMO NO GOVERNO DE GETULIO VARGAS - 1983

Lucival José Siqueira Costa

23. PLANEJAMENTO, PESQUISA E APRENDIZAGEM - 1983

Luciano Zajdsznajder

24. A INFORMAÇÃO DO SETOR PÚBLICO COMO FORMA DE OBTENÇÃO  
DE GANHOS SUBSTANCIAIS DE PRODUTIVIDADE - 1983

José Osmir Fiorelli

25. ANALISE DA ESTRUTURA FORMAL DAS ORGANIZAÇÕES:  
CONSIDERAÇÕES PRÁTICAS - 1983

Armando Bergamini de Abreu

26. ALGUNS IMPACTOS SOCIAIS E ECONÔMICOS DA AUTOMAÇÃO NO  
SETOR BANCÁRIO - 1983

Samuel Levy

27. O PROGRAMA DE ESTUDOS PROSPECTIVOS SOBRE O IMPACTO SOCIAL  
DA TECNOLOGIA. UMA PROPOSTA INSTITUCIONAL - 1983

Samuel Levy

28. PESQUISA: RELEVÂNCIA SOCIAL, COOPERAÇÃO E ABERTURA À  
APRENDIZAGEM - 1983

Anna Maria Campos

29. INVESTIGAÇÕES DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM SAÚDE NO BRASIL -  
1984

Sonia Maria Fleury Teixeira

30. A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NAS DECISÕES DA  
ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - 1984

Luis Carvalheira de Mendonça

31. ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE - RETROCESSO OU NOVOS RUMOS  
PARA A MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO? - 1984

Gleisi Heisler Neves

32. FAMERJ VERSUS BNH: UM ESTUDO DE CASO SOBRE MOVIMENTOS  
SOCIAIS URBANOS - 1985

Araci Machado

Silvia Porto

Sylvia Constant Vergara



33. A RELAÇÃO ESTADO E TRABALHADORES URBANOS NO BRASIL -  
1985

Carlos E. Rodriguez López

Carmem Lúcia L. Veloso de Castro

Maria Elide Bortoletto

34. NOTAS SOBRE A RELEVÂNCIA DA ELABORAÇÃO DE UM NOVO TEXTO  
CONSTITUCIONAL PARA A EFETIVIDADE DA DEMOCRACIA NO BRASIL  
- 1986

José Martins da Silva

35. ADMINISTRAÇÃO DA POLITICA INDUSTRIAL NO BRASIL  
(RELATORIO FINAL) - 1987

Bianor Scelza Cavalcanti

Jorge Vianna Monteiro

José Cezar Castanhar

36. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: PROPOSTAS ALTERNATIVAS PARA  
O ESTADO LATINO-AMERICANO - 1987

Paulo Roberto Motta

37. RAZÃO E INTUIÇÃO: RECUPERANDO O ILOGICO NA TEORIA DA  
DECISÃO GERENCIAL

JUNHO, 1988

Paulo Roberto Motta

38. PARTICIPAÇÃO DIRETA DO EMPREGADO NO PROCESSO DECISÓRIO  
E NÍVEL DE PRODUTIVIDADE NAS ORGANIZAÇÕES  
JULHO, 1988  
Ethel Valéria de Oliveira Raiser
39. IMPACTOS DA RACIONALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA NA CONCESSÃO  
DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS  
OUTUBRO, 1988  
Maria Eliana Labra  
Lenaura de Vasconcellos C. Lobato
40. EM BUSCA DE UM MODELO INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E  
DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS  
NOVEMBRO, 1988  
José Eduardo Coelho Messeder
41. AS ORGANIZAÇÕES E O FUTURO: OS ELEMENTOS UTOPICOS -  
DEZEMBRO, 1988  
Gabriel Antonio Atalia
42. IMPLICAÇÕES DO CONCEITO DE AUTOGESTÃO DA PERESTROIKA DE  
GORBACHEV  
ABRIL, 1989  
Eneida Santos Correia Lima
43. DOMINAÇÃO BURGUESA NO BRASIL: VARIAÇÕES SOBRE O TEMA DE  
ESTADO E SOCIEDADE  
MAIO, 1989  
Rezilda Rodrigues Oliveira  
Ricardina Maria Menezes dos Santos

44. GERÊNCIA DE IDEIAS NOVAS - COMO DESPERTAR A  
CRIATIVIDADE E VENCER A IMPOTÊNCIA DO DESEJO INOVACIONAL  
JUNHO, 1989

Paulo Roberto Motta

45. RECURSOS HUMANOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL:  
MODELO GERENCIAL NA ÁREA DO BEM-ESTAR EM SÃO PAULO -  
OUTUBRO, 1989

Maria Cecília Pimentel Bortoletto

46. A ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA A DÉCADA DE 90  
NOVEMBRO, 1989

Gilnei Mourão Teixeira

José Eduardo Coelho Messeder

47. ESTUDO ECONÔMICO-FINANCEIRO-ADMINISTRATIVO DO SETOR  
SIDERÚRGICO

SETEMBRO, 1989

Istvan Karoly Kasznar

48. ANÁLISE DE POLÍTICA URBANA - O CASO DO MUNICÍPIO DO  
RIO DE JANEIRO

DEZEMBRO, 1989

Carlos A. de Souza Ribeiro

Heliana Marinho da Silva

Mercy Escalante Ludeña

Silvano José da Silva

49. GESTÃO PÚBLICA INTEGRADA: IMPLICAÇÕES PARA A  
FORMULAÇÃO DE TEORIAS. MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E  
ENSINO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA  
MARÇO, 1990  
Bianor Scelza Cavalcanti
50. ADMINISTRANDO A SOBREVIVÊNCIA: INDICADORES DE DECLÍNIO  
E ESTRATÉGIAS DE REVITALIZAÇÃO ORGANIZACIONAL EM  
AMBIENTE ADVERSO  
ABRIL, 1990  
Hermano R. Thiry-Cherques
51. O BRASIL VERSUS A UNIVERSIDADE  
MAIO, 1990  
Paulo Emílio Matos Martins
52. TIPOS DE PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO - JUNHO, 1990  
Sylvia Constant Vergara
53. MUDANÇA ORGANIZACIONAL NO SETOR PÚBLICO  
JULHO, 1990  
Bianor Scelza Cavalcanti  
Frederico José Lustosa da Costa
54. 100 DIAS DO GOVERNO COLLOR: AVALIAÇÃO DA REFORMA  
ADMINISTRATIVA  
AGOSTO, 1990  
José Cezar Castanhar

55. IMPACTO DAS NOVAS POLITICAS GOVERNAMENTAIS NA IMAGEM DO GOVERNO

SETEMBRO, 1990

Rossi Augusta Alves Corrêa

Ana Maria B. Goffi Marquesini

56. PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES POR QUE TEM PASSADO A ORGANIZAÇÃO GOVERNAMENTAL BRASILEIRA, A PARTIR DA DECADE DE 30, EM CONSEQUÊNCIA DO MODELO DE DESENVOLVIMENTO E DAS POLITICAS PUBLICAS ADOTADAS PELO PAIS

OUTUBRO, 1990

Angela Maria Carneiro de Carvalho

57. A GUERRA SEM FIM: SOBRE A PRODUTIVIDADE ADMINISTRATIVA - SETEMBRO, 1991

Hermano Roberto Thiry-Cherques

58. METODOS DO PENSAMENTO OU CLAREZA DO PENSAMENTO - FEVEREIRO, 1992

Luciano Zajdsznajder

59. A POLITICA INDUSTRIAL E DE COMERCIO EXTERIOR DO GOVERNO COLLOR

JULHO, 1992.

Célia Maria Franco dos Santos

Cláudio Roberto Marques Gurgel

Flávio Murilo Oliveira Gouvêa

Renato Cesar Möller

Sonia Lizabeth G. Fernández

60. A ORDENAÇÃO DO EFÊMERO

Preceitos Elementares em Projetos Culturais

OUTUBRO, 1992

Hermano Roberto Thiry-Cherques

61. SUMARIO FUNDAMENTAL DE CONTROLE CONTABIL, ECONÔMICO,

FINANCEIRO, ADMINISTRATIVO E JURIDICO DE PROJETOS PUBLICOS

MARÇO, 1993

Istvan Karoly Kasznar

62. SOBRE A INTUIÇÃO NA TOMADA DE DECISÃO

MARÇO, 1993

Sylvia Constant Vergara

63. A DIMENSÃO INTERORGANIZACIONAL E O EFEITO REDE NA CONSTRUÇÃO  
DO MERCOSUL

MAIO, 1993

Paulo César Negreiros de Figueiredo

64. DEBATE SOBRE ETICA E POLITICA

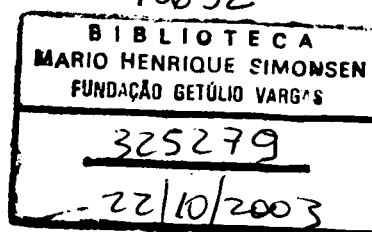
JUNHO, 1993

Luciano Zajdsznajder

65. DEBATE SOBRE ETICA E NEGOCIOS

JULHO, 1993

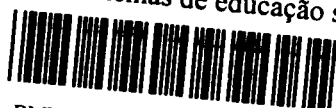
Luciano Zajdsznajder



N.Cham. P/EBAP CE 66

Autor: Saravia, Enrique J.

Título: Os sistemas de educação superior nos países do



FGV - BMHS

325279

92652

Nº Pat.:325279

000325279

